



SESA

# Estado investe R\$ 115 mi para equipar unidades de saúde

O Governo do Paraná ampliou e modernizou a rede pública de saúde com a entrega de novos equipamentos hospitalares e de diagnóstico em diversas regiões do Estado, fortalecendo o atendimento do SUS. Entre os itens distribuídos estão mais de 100 aparelhos de raio-X digital e cerca de 250 equipamentos de ultrassonografia, que ampliam o acesso a exames, inclusive no acompanhamento pré-natal. Os investimentos, feitos por meio de repasses fundo a fundo, cresceram 1.372% desde 2019, passando de R\$ 7,8 milhões para R\$ 115,4 milhões neste ano.



ASSESSORIA

RECORDE DE INVESTIMENTOS

# Governador sanciona Orçamento de R\$ 81,6 bilhões para 2026

O governador Carlos Massa Ratinho Junior sancionou na quarta-feira, 17, a Lei Orçamentária Anual (LOA) referente a 2026, definindo estimativa da receita e fixando a programação das despesas para o próximo ano. Trata-se do maior orçamento já registrado pelo Estado em toda sua história, com uma previsão total de R\$ 81,6 bilhões — valor 4% superior à LOA 2025. Desse montante, a lei prevê R\$ 78,9 bilhões de receitas totais destinadas ao Orçamento Fiscal e ao Orçamento do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). **Página A3**

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

# Câmara de Cianorte aprova Lei Orçamentária de 2026



ASSESSORIA

A Câmara de Cianorte aprovou, na noite de segunda-feira, 15, a Lei Orçamentária Anual (LOA) do município para 2026. A votação ocorreu em sessão extraordinária, realizada logo após o encerramento da sessão ordinária do dia, e reuniu todos os vereadores. A proposta foi aprovada por unanimidade. A LOA define quanto o município espera arrecadar e como os recursos públicos serão aplicados ao longo do próximo ano. **Página A5**

EDUCAÇÃO

Indianópolis recebe equipamentos do Programa Mais Engenharia **Página A4**

POLÍCIA CIVIL

Operação desarticula associação criminosa do tráfico no Noroeste **Página A5**

ESPORTE

# Tuneiras celebra bicampeonato da Copa Amenorte 2025

A noite de segunda-feira, 15, marcou a cerimônia oficial de entrega dos títulos da Copa Amenorte 2025 e celebrou a campanha vitoriosa de Tuneiras do Oeste. A equipe confirmou o bicampeonato da competição, resultado que reforça a tradição esportiva do município e o desempenho dos atletas locais. A premiação contou com a presença de Adriano José Alves, presidente da Associação Atlética Tuneirense. **Página A5**



ASSESSORIA

PREFEITURA

# Cianorte conquista o 3º Selo Diamante em Transparência Pública



ASSESSORIA

A Prefeitura de Cianorte conquistou seu terceiro Selo Diamante de Qualidade, certificação que representa o maior reconhecimento nacional em Transparência Pública. O resultado foi divulgado durante o IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (CITC), realizado em Florianópolis/SC. A metodologia consiste em verificar o cumprimento das exigências de disponibilização espontânea de dados (transparência ativa), conforme instrumentos normativos nacionais, especialmente a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei de Acesso à Informação (LAI). **Página A4**

GERAL

# INSS: PF faz nova operação contra descontos ilegais de pensionistas

Operação Sem Desconto cumpre mais de 50 mandados de busca e apreensão

Brasília  
Agência Brasil

Quatro trabalhadores escravizados durante a ditadura civil-militar, nas décadas de 1970 e 1980, em uma propriedade da Volkswagen do Brasil, no Pará, acionaram a Justiça para reivindicar reparação pela condição desumana a que foram submetidos. Cada um pede R\$ 1 milhão por danos morais e R\$ 1 milhão por danos existenciais, valores definidos com base no porte econômico da marca, pelo tamanho dos prejuízos causados às vítimas e pelo que representam socialmente.

As ações individuais tramitam na Vara do Trabalho de Redenção, do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8), com prioridade reconhecida pelo Poder Judiciário em virtude da idade avançada das vítimas e da gravidade do caso.

Os processos sucedem uma ação civil pública, isto é, coletiva, em que o Ministério Público do Trabalho (MPT) pede R\$ 165 milhões por danos morais coletivos, retratação pública e a ativação de ferramentas como um protocolo aplicável a incidentes semelhantes, um canal de denúncias e a realização de ações de fiscalização. Nessa ação pública, a companhia foi condenada em agosto deste ano, mas entrou com recurso.

O local onde foram submetidos ao regime de trabalho análogo à escravidão foi a Fazenda Vale do Rio Cristalino, em Santana do Araguaia (PA), pertencente à Companhia Vale do Rio Cristalino Agropecuária Comércio e Indústria

(CVRC), uma subsidiária da Volkswagen.

Conforme destaca o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, “a propriedade em questão, com cerca de 140 mil hectares – quase o tamanho da cidade de São Paulo –, recebeu incentivos fiscais e recursos públicos para a criação de gado à época – tornando-se um dos maiores polos do setor –, acentuando a responsabilidade institucional da empresa.”

A pasta enviou representantes ao município paraense de Redenção, em meados de maio deste ano, para participar de uma mobilização organizada por movimentos sociais, sindicatos, universidades e parlamentares.

O caso chegou a parlamentares e às autoridades competentes pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), que documentou as violações e até hoje acompanha o andamento dos processos judiciais. Como ocorre geralmente, os trabalhadores foram atraídos pela companhia por intermediários, chamados popularmente de “gatos”, que fazem a ponte entre quem escraviza e as vítimas escravizadas, com promessas de trabalho digno.

De acordo com a CPT e o Coletivo Veredas, de advocacia popular e defesa dos direitos humanos, a proposta apresentada aos trabalhadores aliciados foi a de receber uma boa remuneração para derrubarem árvores de vegetação nativa, formação de pastagens e serviços de construção civil. A Fazenda Volkswagen, como ficou conhecida, funcionou de 1974 a 1986.

O advogado José Var-

gas, do Veredas, assinala que a subjugação protagonizada pela fabricante de automóveis revela “a face empresarial da ditadura” e que a montadora, no processo aberto pelo MPT, buscou convencer a Justiça de que o cerceamento imposto por ela aos trabalhadores era prática corrente naquele período e, portanto, não foi errado nem ilegal.

“Houve uma tentativa de naturalizar a servidão por dívida”, ressaltou, em entrevista à Agência Brasil.

“O advogado defende que é um caso que vai além da dívida trabalhista, se tratando de uma “dívida histórica.”

O integrante do Coletivo Veredas frisa, ainda, o que chamou de “lado mesquinho da montadora”, quando recorre da decisão de milhões de reais do processo do MPT, enquanto seu faturamento é de cifras significativamente maiores, na casa dos bilhões.

## ESPERTEZA E SORTE

Um dos trabalhadores que ingressaram com a ação, Isaías\* foi recrutado para trabalho escravo contemporâneo com quatro amigos, tão jovens quanto ele. Todos eram adolescentes e conheciam seu aliciado e confiavam nele e, por isso, não duvidaram de nada quando o homem os abordou oferecendo uma oportunidade de fazer dinheiro no Pará.

Como o “gato”, os garotos moravam no Mato Grosso e largaram os estudos para levar o plano adiante e completá-lo rapidamente, em um mês. Hoje com 60 anos de idade, Isaías fez até a 8ª série do ensino fundamental.

Eles acreditavam ter sido “contratados” para trabalhar um lote apenas, mas não viram retorno financeiro conforme o tempo previsto, tampouco no segundo mês, permanecendo lá por cerca três meses, sob coação, instalados em barracas precárias, sem poder fazer a higiene pessoal nem preparar alimentos adequadamente.

Já começavam devendo, a começar pelo valor gasto com o deslocamento até a fazenda, conta que aumentava à medida que os dias viravam, com alimentos e outros itens que consumiam. Escaparam inventando um prazo para se apresentar para o alistamento militar obrigatório, mesmo sem ter idade para isso, mentira em que os homens que os vigiavam caíram.

Uma tática irônica, de provocar temor nos jagunços com um pretexto envolvendo as Forças Armadas, em plena ditadura. “Eles ficaram, acho, com medo [de serem punidos por atrapalhar sua entrada no serviço militar] e aí nos liberaram.”

Foram autorizados a deixar a fazenda, mas sem um tostão, razão por que tiveram que pegar caronas do Pará ao Mato Grosso, em caminhões. O esquema de solidariedade garantiu a chegada ao estado de origem, e o trecho restante, até a cidade natal, foi feito com passagens cobertas pela CPT. “Eram muitos pistoleiros. Todos armados. Não tinha ninguém sem arma, não”, conta a vítima, esclarecendo o motivo pelo qual nunca cogitaram fugir.

“Foi muito difícil. Nossa sorte foi que saímos com vida”, resume.

Lindbergh Farias.

O mandado de segurança contou também com a participação das bancadas do PSB, PCdoB e do PSOL, além do PT.

De acordo com o líder do PT, a manobra foi usada “com o pretexto de impedir o retorno obrigatório do projeto à Câmara dos Deputados, suprimindo etapa essencial da deliberação legislativa e esvaziando o papel constitucional da Casa iniciadora”.

PELO  
PARANÁ



ADIPR  
Associação dos Jornais  
e Portais do Paraná

## ECONOMIA E TRANSPARÊNCIA

A Assembleia Legislativa do Paraná encerra 2025 destacando modernização administrativa, transparência e fortalecimento do atendimento à população. Sob a nova Mesa Diretora, a Casa superou a meta de economia ao devolver R\$ 620 milhões ao Estado, ampliou parcerias em áreas como infraestrutura, educação e saúde e consolidou programas de alcance regional. A gestão também manteve o Selo Diamante de Transparência e projeta novas iniciativas para 2026.

## EXPOBEL

A Expobel divulgou as atrações artísticas da edição de 2026, que ocorre de 7 a 15 de março em Francisco Beltrão, no Sudoeste do Paraná. A feira será realizada no Parque de Exposições Jayme Canet Júnior, com entrada gratuita, inclusive para os shows. O evento é um dos maiores do Sul do Brasil, reunindo negócios, cultura e entretenimento. Em 2024, a Expobel recebeu mais de 500 mil visitantes.

## SANEAMENTO 2025

O Ranking ABES da Universalização do Saneamento 2025 aponta que apenas 2,54% dos municípios brasileiros atingiram a categoria máxima. No Paraná, Curitiba, Pinhais e Maringá aparecem em “Rumo à universalização”, com destaque nacional para a capital, única do país nesse patamar. O resultado coloca o Estado como referência no Sul, que tem apenas quatro municípios na faixa mais alta. O levantamento considera indicadores de água, esgoto e resíduos, além de impactos na saúde.

## ILHA DO MEL

Mais de 180 famílias receberam os títulos de concessão de uso de áreas da Ilha do Mel, em Paranaguá. A regularização fundiária está beneficiando cerca de 730 pessoas e abrange imóveis residenciais, comerciais e de veraneio. A ação é coordenada pelo Instituto Água e Terra (IAT), com investimento estimado em R\$ 370 mil.

## NOS MUNICÍPIOS

A Secretaria das Cidades encerrou 2025 com um recorde histórico de parcerias, somando R\$ 4,2 bilhões empenhados em 2.139 convênios com prefeituras. O volume inédito de recursos fortaleceu obras, serviços e investimentos estratégicos nos 399 municípios paranaenses. Programas como Asfalto Novo, Vida Nova, pavimentação, iluminação pública e segurança ampliaram o alcance das políticas públicas e aceleraram o desenvolvimento regional.

## MAIOR ORÇAMENTO

A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026 foi sancionada com previsão total de R\$ 81,6 bilhões, o maior orçamento já registrado pelo Estado. O valor é 4% superior ao de 2025 e inclui R\$ 78,9 bilhões destinados ao Orçamento Fiscal e ao RPPS. Outros R\$ 2,7 bilhões serão aplicados no orçamento de investimento das estatais.

## CRESCEM OS INVESTIMENTOS

Os investimentos previstos na LOA 2026 somam R\$ 7,1 bilhões, crescimento de 12,7% em relação ao ano anterior. Desse total, cerca de R\$ 4,2 bilhões serão destinados a obras e repasses aos municípios. Estão previstas mais de 100 intervenções em áreas como infraestrutura, saúde, educação, saneamento e habitação em todo o Paraná.

## SIMEAGRO

O Simepar lançou a plataforma Simeagro para apoiar a tomada de decisões na produção agrícola, integrando dados climáticos e agrícolas em diferentes escalas. Desenvolvida em parceria com o Sistema Ocepar, a ferramenta utiliza inteligência agroclimática e análise geoespacial com imagens de satélite. O objetivo é reduzir riscos, otimizar recursos e apoiar cooperativas, seguradoras e o poder público. A plataforma oferece informações gratuitas para planejamento do plantio, manejo e colheita no Paraná.

## INOVAÇÃO NOS MUNICÍPIOS

O Pacto Pela Inovação, por meio do modelo Fundo a Fundo, destinou R\$ 55 milhões para 48 municípios do Paraná. A iniciativa busca descentralizar investimentos e fortalecer políticas locais de ciência, tecnologia e inovação. Os repasses diretos dispensam convênios e dão mais agilidade à execução. A ação integra a estratégia estadual de governança em inovação, com acompanhamento do TCE-PR.

## INOVAÇÃO NOS MUNICÍPIOS

Entre os maiores valores para investimento no programa Pacto Pela Inovação, Antonina lidera com R\$ 1,45 milhão, seguida por um grupo de cidades que receberam R\$ 1,35 milhão cada. Estão nesse patamar municípios como Grandes Rios, Barbosa Ferraz, Carlópolis, Jaboti, Peabiru e Ribeirão Claro. Os recursos poderão ser usados em equipamentos, ambientes de inovação e projetos tecnológicos. A distribuição considerou critérios técnicos, sociais e populacionais.

Da Redação ADI-PR Curitiba

Coluna publicada simultaneamente em 22 jornais e portais associados. Saiba mais em [www.adipr.com.br](http://www.adipr.com.br)

POLÍTICA

# Quatro bancadas da Câmara acionam STF contra PL da Dosimetria

Brasília  
Agência Brasil

Quatro bancadas da Câmara dos Deputados impetraram mandado de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a suspensão da tramitação do projeto de lei que reduz a pena de condenados pela trama golpista, que culminou na depredação e invasão da sede dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023.

O PL da Dosimetria avançou a toque de caixa no Senado durante a quarta-feira (17), após ter seu texto apresentado pela manhã, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), pelo relator da matéria, senador Espiridião Amin (PP-SC).

Após a aprovação na CCJ, o texto seguiu de imediato para a avaliação do Plenário do Senado, que acabou por aprová-lo com 48 votos favoráveis e 25 contrários.

Entre as argumentações apresentadas pelas bancadas para justificar o mandado de segurança no STJ, está a de que “uma emenda apresentada e aprovada na CCJ do Senado foi indevidamente classificada como ‘emenda de redação’, quando, na realidade, promove alteração substancial de mérito ao modificar critérios de execução penal e excluir centenas de tipos penais do alcance da norma”, informou o líder do PT,

expediente

Jedaías P. Belga

Diretor Presidente

GERAL

(44) 99175-3701

[www.tribunadecianorte.com.br](http://www.tribunadecianorte.com.br)

[redacao@tribunadecianorte.com.br](mailto:redacao@tribunadecianorte.com.br)

[comercial@tribunadecianorte.com.br](mailto:comercial@tribunadecianorte.com.br)

Empresa Jornalística B2 Ltda. ME

CNPJ.: 04.874.898/0001-88

Redação, Administração e Parque Gráfico

Gráfica e Editora Tribuna da Região Ltda. ME CNPJ.: 08.203.585/0001-59

Av. das Fábricas, nº98 - Parque Industrial - Cianorte - Paraná. Caixa Postal 441, Registrado no 1º Ofício do Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Curitiba/PR., sob nº 400 em 23/12/1965



TRIBUNA  
de Cianorte

Fundada em 15/09/1965



SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

# Câmara de Cianorte aprova Lei Orçamentária de 2026

Aprovação da LOA encerra o ciclo das três principais peças do planejamento orçamentário do município



Lei incorpora 96 emendas modificativas e impositivas apresentadas pelos vereadores

Cianorte  
Da Redação

A Câmara de Cianorte aprovou, na noite de segunda-feira, 15, a Lei Orçamentária Anual (LOA) do município para 2026. A votação ocorreu em sessão extraordinária, realizada logo após o encerramento da sessão ordinária do dia, e reuniu todos os vereado-

res. A proposta foi aprovada por unanimidade. A LOA define quanto o município espera arrecadar e como os recursos públicos serão aplicados ao longo do próximo ano. O texto estima a receita e fixa a despesa da administração municipal, autorizando os investimentos em áreas como saúde, educação, infraestrutura

e assistência social. Além das previsões de receita e despesa, a lei incorpora 96 emendas modificativas e impositivas apresentadas pelos vereadores, aprovadas anteriormente. As emendas indicam a destinação obrigatória de recursos para aquisições, obras e projetos das secretarias municipais e de entidades

assistenciais, garantindo que parte do orçamento atenda demandas apresentadas pelo Legislativo. A aprovação da LOA encerra o ciclo das três principais peças do planejamento orçamentário do município. Antes dela, os vereadores aprovaram o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2026 a 2029, que estabelece metas e prioridades de médio prazo, e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que define as regras e orientações para a elaboração do orçamento anual. Durante a sessão, o presidente da Câmara, vereador Victor Hugo Davanço (Podemos), conduziu os trabalhos e destacou a importância da aprovação conjunta das matérias. Com a LOA aprovada, a Prefeitura de Cianorte passa a ter respaldo legal para executar o orçamento de 2026, assegurando previsibilidade financeira e continuidade das políticas públicas.

EDUCAÇÃO

# Indianópolis recebe equipamentos do Programa Mais Engenharia

Indianópolis  
Da Redação

A Prefeitura de Indianópolis recebeu, na manhã de quinta-feira, 18, a visita do agente de fiscalização do Confea/Crea e gestor público formado pela UEM/PR, Clélio Rodrigo de Goes. Na ocasião, o município foi contemplado com a entrega de dois notebooks destinados ao Departamento de Engenharia, por meio do Programa Mais Engenharia. Os equipamentos foram repassados dentro de uma parceria que envolve o Crea-PR, a Itaipu Binacional e a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). A iniciativa tem



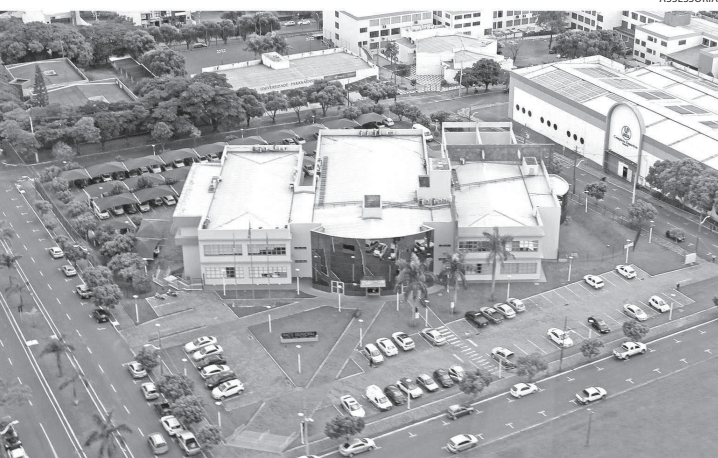
Iniciativa tem como objetivo fortalecer a engenharia pública

como objetivo fortalecer a engenharia pública nas prefeituras do Paraná, com foco na melhoria da capacidade técnica das equipes municipais. O Programa Mais Engenharia oferece apoio à

elaboração e à gestão de projetos de infraestrutura, além de formação voltada à gestão pública. Também incentiva o uso de tecnologias como o BIM (Modelagem da Informação da Construção), ferramenta

PREFEITURA

# Cianorte conquista o terceiro Selo Diamante em Transparência Pública



Resultado foi divulgado durante o IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas

Cianorte  
Da Redação

A Prefeitura de Cianorte conquistou seu terceiro

Selo Diamante de Qualidade, certificação que representa o maior reconhecimento nacional em Transparência Pública.

O resultado foi divulgado durante o IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (CITC), realizado em Florianópolis/SC. A metodologia consiste em verificar o cumprimento das exigências de disponibilização espontânea de dados (transparência ativa), conforme instrumentos normativos nacionais, especialmente a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei de Acesso à Informação (LAI). A Matriz de Avaliação contém no total 176 critérios, que resultam na classificação dos portais

em categorias que vão de Diamante, Ouro, Prata, Elevado, Intermediário, Básico, Inicial até Inexistente. “Temos o maior zelo pelo nosso Portal da Transparência, pois como um instrumento de prestação de contas, serve para que as entidades de controle e fiscalização, assim como a população, monitorem como a Prefeitura aplica os recursos públicos. Morar em uma cidade com Selo Diamante é motivo de orgulho para todo cidadão”, comemorou o prefeito, Marco Franzato.

## Indicadores Econômicos

CÂMBIO

	% dia	compra	venda	% mês
DÓLAR COMERCIAL	+1.10%	5.5210	5.5220	+3.51%
DÓLAR PTAX (BC)	+1.08%	5.5087	5.5093	+3.29%
DÓLAR PARALELO	+1.03%	5.4400	5.8700	+2.98%
DÓLAR TURISMO	+1.04%	5.4400	5.8500	+2.99%
EURO	+0.93%	6.4738	6.4756	+4.59%

BOVESPA

	17/12/25
IBOVESPA: -0.79%	157.327 pontos
Volume negociado: R\$ 66,87 bilhões	
Ações	% R\$
Petrobras PN	+1.11% 31.08
Vale ON	+1.27% 70.17
ItaúUnibanco PN	-0.89% 38.97
Bradesco PN	-0.82% 18.25
B3 S/A ON	-3.43% 13.25
Casim ON	-3.45% 5.31
Brava Energia ON	+3.69% 14.60

BOLSAS NO MUNDO

	%	R\$
Dow Jones	48.387.33	-0.47
Londres	9.774.32	+0.92
Tóquio	49.512.28	+0.26

OURO -

	var. dia	R\$
17/12	R\$ 767.22	+1.33%

POUPANÇA, TR (%)

Poupança antiga: depósitos até 03/05/12

Nova poupança: dep. a partir de 04/05/12

Período	POUP ANTIGA	POUP NOVA	REMUN. BÁSICA
8/11 a 8/12	0.6649	0.6649	0.1641
9/11 a 9/12	0.6712	0.6712	0.1703
10/11 a 10/12	0.6731	0.6731	0.1722
11/11 a 11/12	0.6731	0.6731	0.1722
12/11 a 12/12	0.6731	0.6731	0.1722
13/11 a 13/12	0.6731	0.6731	0.1722
14/11 a 14/12	0.6711	0.6711	0.1702
15/11 a 15/12	0.6650	0.6650	0.1642
16/11 a 16/12	0.6712	0.6712	0.1703
17/11 a 17/12	0.6731	0.6731	0.1722
18/11 a 18/12	0.6737	0.6737	0.1728
19/11 a 19/12	0.6731	0.6731	0.1722
20/11 a 20/12	0.6731	0.6731	0.1722
21/11 a 21/12	0.6731	0.6731	0.1722
22/11 a 22/12	0.6712	0.6712	0.1703

MOEDAS X REAL

	Real	Real
Libra esterlina	R\$ 7.038	
Peso argentino	R\$ 3.038	

US\$ 1 É IGUAL A:

	Real
libra	155.41
Libra esterlina	0.75
Euro	0.85

ÍNDICES DE INFLAÇÃO									
Índice em %	jun	jul	ago	set	out	nov	ano	12m	
INPC (IBGE)	0.23	0.21	-0.21	0.52	0.03	0.03	3.68	4.18	
IPCA (IBGE)	0.24	0.26	-0.11	0.48	0.09	0.18	3.92	4.46	
IPCA-15 (IBGE)	0.26	0.33	-0.14	0.48	0.18	0.20	4.15	4.50	
IPC (Fipe)	-0.08	0.28	0.04	0.65	0.27	0.20	3.51	3.85	
IGP-M (FGV)	-1.67	-0.77	0.36	0.42	-0.36	0.27	-1.03	-0.11	
IGP-DI (FGV)	-1.80	-0.07	0.20	0.36	-0.03	0.01	-1.30	-0.44	
IPA-DI (FGV)	-2.72	-0.34	0.35	0.30	-0.13	-0.11	-3.64	-2.60	

REAJUSTE DE ALUGUÉIS					17/12/25	
	out	nov	dez			
INPC (IBGE)	1.0517	1.0449	1.0418			
IGP-M (FGV)	1.0282	1.0092	0.9989			
IGP-DI (FGV)	1.0231	1.0073	0.9956			

OUTROS INDICADORES					17/12/25	
	out	nov	dez			
TJLP (%)	9.07	9.07	9.07			
Sal. mínimo	1.518.00	1.518.00	1.518.00			
UPC	23.54	23.54	23.54			
FGTS (%)	0.2466	0.2466	0.2466			

PREVIDÊNCIA									
Autônomo e Facultativo					Assalariado				
Valor mínimo	R\$ 1.518,00	20%	R\$ 303,60		Até um salário mínimo (R\$ 1.518,00)		7,5%		
Valor máximo	R\$ 8.157,41	20%	R\$ 1.631,48		De R\$ 1.518,01 a R\$ 2.793,88		9%		

COMO EFETUAR O CÁLCULO: é preciso calcular o valor da taxa para cada intervalo de salário, e depois somar os valores obtidos.					Empregados Domésticos				
O AUTÔNOMO que prestar serviços só a pessoas físicas e o FACULTATIVO podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do salário mínimo. VENCIMENTO: consulte INSS MEI - Microempreendedor Individual					Trabalhadores domésticos seguem tabela e regras dos Assalariados (tabela acima), com o empregador pagando 20%, mas descontando a contribuição que seria do empregado, calculada conforme a faixa salarial.				
Valor mínimo	R\$ 1.518,00	5%	R\$ 75,90		CUB PARANÁ (SINDUSCON)				
Valor máximo	R\$ 8.157,41	20%	R\$ 1.631,48		R\$2m (R\$80)	OUT	NOV	%m	%ano %12m

SAL. MÍNIMO PARANÁ									
Grupo 1	R\$ 1.984,00	Grupo 3	R\$ 2.123,00						
Trab. na agricultura	R\$ 2.057,00	Trab. produção de bens e serviços industriais	R\$ 2.275,00						
Trabalhadores domésticos	R\$ 2.275,00	Serviços administrativos, domésticos e gerais, vendedores e trab. de reparação.	R\$ 2.275,00						

Paraná	2.558,50	2.564,60	0,24	5,32	5,53
Oeste	2.621,40	2.627,67	0,24	5,74	5,97
Norte	2.523,05	-	0,79	4,46	2,96
Noroeste	2.561,45	-	0,41	6,22	7,04

## Mercado Agropecuário

LOTES - ATACADO									
SOJA - saca 60kg					TRIGO - saca 60kg				
PRACA	R\$	SEM	30 d.		PRACA	R\$	SEM	30 d.	
Paranaguá	142,00	0,0%	0,7%		Ponta Grossa	88,00	0,0%	0,0%	
Ponta Grossa	133,00	-3,6%	-5,0%		Maringá	85,00	0,0%	0,0%	
Maringá	128,00	-2,3%	-3,8%		Cascavel	85,00	0,0%	0,0%	
Cascavel	128,00	-2,3%	-3,8%		INDICADORES CEPEA/ESALQ				
Sudoeste	132,00	-2,2%	-3,6%		PRODUTO	17/12	DIA	MÊS	
Guarapuava	132,00	-2,2%	-3,6%		Agúcar (1)	109,65	-0,08%	1,06%	

MILHO - saca 60kg					Boi gordo (2)	319,20	-0,02%	-0,75%	
Paranaguá	69,00	0,0%	0,0%		Café (3)	2.158,72	-0,79%	-4,18%	
Sudoeste	65,00	1,6%	3,2%		Algodão (4)	349,79	0,74%	0,58%	
Cascavel	60,00	1,7%	3,4%		1 - preço médio do M. unidade de 8 a 12 meses; 2 - média à vista da arroba no Estado de SP; 3 - valor à vista saca 60kg porto SP Capital, arroba, boca comido, tipo 6; 4 - em planta, cont/R\$ por litro-peso (R\$5 gr), posto SP Capital.				
Maringá	59,00	1,7%	1,7%						
Ponta Grossa	62,00	1,6%	1,6%						

PREÇO AO PRODUTOR (SIMA/DERAL/SEAB)									
Produto	unidade	média PR - R\$	var. diária	7 dias	30 dias	Maringá R\$	C.Mour. R\$		
CAFÉ BEN.	beb. dura, 60kg	2.022,60	-0,1%	-4,6%	-4,2%	1.934,00	-		
CAFÉ	kg, em coco	32,19	-3,9%	-2,3%	-1,9%	31,40	31,62		
SOJA	saca 60 kg	118,54	0,1%	-1,8%	-3,1%	117,00	117,00		
MILHO	saca 60 kg	55,70	0,0%	1,7%	3,6%	55,00	55,00		
TRIGO	saca 60 kg	64,27	0,0%	0,0%	0,0%	64,00	-		
FEIJÃO CAR.	saca 60 kg	192,08	10,1%	4,6%	-0,6%	-	250,00		
BOI GORDO	arroba, em pé	325,97	0,0%	-0,1%	1,5%	325,00	325,00		
SUÍNO	kg, vivo	8,57	0,0%	-0,2%	0,0%	8,70	8,10		

BOLSA DE CHICAGO									
SOJA	- US\$cents por bushel (25.4 kg)								
Cont.	FECH.	*DIF.	1 SEM.	1 MÊS					
jan/26	1.058,25	-4,50	-3,0%	-8,6%					
mar/26	1.068,75	-3,00	-2,9%	-8,1%					

MILHO	- US\$cents por bushel (25.4 kg)								
Cont.	FECH.	*DIF.	1 SEM.	1 MÊS					
mar/26	440,50	4,00	-0,8%	-1,7%					
ma/26	447,75	3,25	-0,9%	-1,7%					

TRIGO	- US\$cents por bushel (25.4 kg)								
Cont.	FECH.	*DIF.	1 SEM.	1 MÊS					
mar/26	506,25	-3,25	-4,4%	-9,4%					
ma/26	517,25	-2,25	-3,8%	-9,0%					

BOLSA
-------

VIAGEM SEGURA

BPRv orienta motoristas sobre cuidados essenciais nas rodovias

Recomenda-se que o condutor porte CNH e o documento do veículo, em formato físico ou digital, além de manter os tributos obrigatórios em dia



Segurança da viagem começa antes mesmo de o motorista pegar a estrada

Curitiba  
Agência Estadual

O Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRv) da Polícia Militar do Paraná (PMPR) reforça as orientações aos motoristas que pretendem viajar, especialmente em períodos de maior movimento, como o verão. Elas têm como objetivo garantir a segurança viária, reduzir o risco de sinistros e assegurar o cumprimento da legislação de trânsito.

A segurança da viagem

começa antes mesmo de o motorista pegar a estrada. A unidade orienta que o condutor verifique a documentação pessoal e do veículo. Recomenda-se que o condutor porte a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e o documento do veículo, em formato físico ou digital, além de manter os tributos obrigatórios em dia. O planejamento do deslocamento também é fundamental e deve incluir a verificação de distâncias, pontos de parada e a consulta à previsão do tempo,

a fim de evitar imprevistos meteorológicos. Sempre que possível, recomenda-se a utilização de horários e rotas alternativas para minimizar o tempo em congestionamentos. “A prevenção é a melhor estratégia para evitar transtornos durante a viagem. Uma checagem simples antes de sair de casa pode fazer toda a diferença na segurança do condutor e dos passageiros”, destaca o tenente Sidinei Hudach, do BPRv. A manutenção preventi-

va é outro ponto essencial. O motorista deve realizar uma revisão no veículo, conferindo itens como freios, suspensão, pneus (incluindo o estepe), níveis de óleo e água do radiador, além do funcionamento de faróis e lanternas. Também é importante verificar a presença e as condições dos equipamentos obrigatórios, como triângulo, macaco, chave de roda e palhetas de para-brisa. Durante a viagem, o uso do cinto de segurança é obrigatório para todos os ocupantes do veículo. Crianças devem ser transportadas em dispositivos de retenção adequados à idade e ao peso, conforme determina a legislação de trânsito. “O comportamento do motorista ao volante é decisivo para evitar sinistros. Respeitar os limites de velocidade, manter distância segura e não utilizar o celular são atitudes que salvam vidas”, ressalta Hudach.

POLÍCIA CIVIL

Operação desarticula associação criminosa do tráfico no Noroeste

Curitiba  
Agência Estadual

A Polícia Civil do Paraná (PCPR) prendeu 12 pessoas durante uma operação que teve como objetivo desarticular uma associação criminosa voltada ao tráfico de drogas na região Noroeste do Estado. Na ação, além das prisões preventivas, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão. As investigações apontaram a atuação de uma associação criminosa responsável pelo transporte e a distribuição de entorpecentes para diversos municípios da região. Entre os alvos estavam pessoas envolvidas na coordenação, logística e fornecimento das drogas, além de revendedores vinculados ao grupo.

Conforme a delegada Isabela Martins, os mandados judiciais foram cumpridos de forma simultânea nos municípios de Querência do Norte, Loanda, Santa Isabel do Ivaí, Porto Rico, Paranavaí e São Jorge do Patrocínio. “Durante o cumprimento das ordens judiciais, um homem foi preso em flagrante pelos crimes de tráfico de

drogas e posse irregular de arma de fogo e munições”, explica. No local, foram apreendidas porções de maconha, dinheiro em espécie, uma pistola calibre .22, munições intactas e deflagradas, além de embalagens, balança de precisão e um caderno com anotações relacionadas à movimentação financeira do tráfico. “A operação teve como resultado a interrupção de rotas de distribuição de entorpecentes e a desarticulação de estruturas utilizadas pela associação criminosa na região Noroeste do Paraná”, completa a delegada. Todos os presos foram encaminhados ao sistema penitenciário, onde permaneceram à disposição da Justiça.

DENÚNCIAS

A população pode contribuir com investigações que estejam em andamento. Denúncias podem ser repassadas de forma anônima pelos telefones 197, da PCPR, ou 181, do Disque-Denúncia. Se o crime estiver acontecendo no momento, a Polícia Militar deve ser acionada pelo telefone 190.

TERRA BOA

Ação policial na zona rural apreende armas, carne de paca e peixes protegidos

Terra Boa  
Da Redação

Equipes da Polícia Civil do Paraná cumpriram, na manhã de quinta-feira, 18, mandados de busca e apreensão na zona rural de Terra Boa. A ação contou com o apoio da Polícia Ambiental de Cianorte, da Delegacia de Engenheiro Beltrão e da Equipe de Operações com Cães de Cianorte. De acordo com a polícia, a operação teve como foco o combate à posse ilegal de armas de fogo e à prática de crimes ambientais. Durante as diligências, os agentes encontraram três revólveres calibre .22 e duas espingardas calibre 12, além de grande volume de munições. Foram apreendidas mais de 300 munições de calibre .22,



Diante do material apreendido, dois homens, de 28 e 54 anos, receberam voz de prisão

cerca de 100 unidades de calibre 9mm e diversos cartuchos dos calibres 12, 20, 32 e 36. Os policiais também recolheram materiais comumente utilizados para caça, entre eles uma lu-

neta da marca Tasco, uma lanterna tática, um simulacro de revólver e dois aparelhos celulares, que poderão auxiliar na investigação. No aspecto ambiental, a equipe localizou apro-

ximadamente 29,6 quilos de peixes nativos das espécies Pintado, Dourado e Barbado, cuja captura e posse são proibidas ou restritas pela legislação ambiental. No mesmo local, foram apreendidos ainda 3,65 quilos de carne de paca, animal silvestre protegido por lei, além de 74 dentes de animais silvestres e exóticos, que serão encaminhados para perícia técnica. Diante do material apreendido, dois homens, de 28 e 54 anos, receberam voz de prisão em flagrante. Eles foram levados à Delegacia de Polícia de Terra Boa, onde permaneceram à disposição da autoridade policial para os procedimentos legais e posterior comunicação ao Poder Judiciário.

CIANORTE X TAPEJARA

Polícia Penal detém motorista na rodovia PR-323

Cianorte  
Da Redação

Uma equipe da Polícia Penal deteve um motorista na tarde de quarta-feira, 17, por volta das 16h35, enquanto trafegava pela rodovia estadual PR-323, no trecho entre os municípios de Cianorte e Tapejara. A ação ocorreu após um veículo Fiat Uno quase colidir de frente com a viatura. Imagens registradas em vídeo mostram que, momentos antes da quase colisão, o automóvel seguia em zigue-zague pela pista e chegou a invadir a contramão de direção, colocando em

risco outros usuários da rodovia e a própria equipe policial. Diante da situação e do perigo iminente, os policiais realizaram o retorno e efetuaram a abordagem do veículo. O condutor foi detido no local e encaminhado à 21ª Subdivisão Policial de Cianorte, onde foram adotados os procedimentos legais. Em nota, a Polícia Penal alertou para os riscos da condução imprudente e reforçou a necessidade de respeito às normas de trânsito como medida essencial para a segurança de motoristas e pedestres.

ATENÇÃO

Em seu trabalho diário, a equipe de endemias tem detectado a presença de larvas do *Aedes aegypti* em diversas residências.

As larvas podem ser encontradas em depósitos abertos, em latas e lixos espalhados e até em pneus jogados nos quintais.

PNEUS

VASOS

LATAS E GARRAFAS

CAIXA D'ÁGUA

CALHA ENTUPIDA

Não deixe a água parada em nenhum local que o mosquito possa se proliferar.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA

CÂMARA MUNICIPAL DE JUSSARA

Secretaria Municipal de SAÚDE

UM MOSQUITO NÃO É MAIS FORTE QUE UM CIDADE INTEIRA.

#ZIKAZERO

ATENÇÃO! TUDO QUE ACUMULE ÁGUA É FOCO DE MOSQUITO.

TODOS CONTRA A DENGUE

TUNEIRAS DO OESTE

GOVERNO MUNICIPAL

ATLETISMO ADAPTADO

# Emanuel dos Santos leva Cianorte ao pódio nacional

Trajetória de sucesso começou ainda em agosto, na Fase Regional, onde ele se sagrou campeão nas distâncias de 50 e 100 metros



Prefeito de Cianorte, Marco Franzato, recebeu a delegação em seu gabinete

Curitiba  
Agência Estadual

O atletismo de Cianorte vive um momento de celebração, com o desempenho brilhante de Emanuel Oliveira dos Santos. Aos 23 anos, o atleta, que compete na categoria Classe Síndrome de Down, retornou das Olimpíadas Especiais das APAEs – Fase Final, realizada em Brasília (DF) entre os dias 08 e 13 de

dezembro, com resultados expressivos para o estado do Paraná. Emanuel garantiu o 1º lugar nos 100 metros rasos e a medalha de prata no revezamento 4x100 metros. A trajetória de sucesso começou ainda em agosto, na Fase Regional, em Foz do Iguaçu, onde ele se sagrou campeão nas distâncias de 50 e 100 metros. Para o técnico, Silvio Fernando Floriano Ferrei-

ra (Silvinho), que acompanhou o jovem ao lado dos professores Aline Ferreira Locateli e Douglas Duarte, as medalhas são apenas uma parte da vitória. “Ver o Emanuel se destacando é muito gratificante. Cada treino e cada conquista representam inclusão social, superação de limites e transformação de vidas através do esporte”, afirmou o treinador. O prefeito de Cianorte,

Marco Franzato, recebeu a delegação em seu gabinete, na manhã desta quarta-feira, 17, e também celebrou o êxito: “O Emanuel é um exemplo vivo de que o esporte não conhece barreiras. Ver um cidadão cianortense representando o Paraná com tamanha garra em uma competição nacional nos enche de orgulho. Nosso compromisso é continuar apoiando atletas que, como ele, levam

nossa bandeira ao lugar mais alto do pódio, provando que o investimento no ser humano é sempre o melhor caminho”, afirmou o gestor, acompanhado do secretário municipal de Esporte e Lazer, Lucas Meira Pereira. “Fiquei feliz pela oportunidade de participar da corrida, gostei de andar de avião, das comidas e passeios. Durante a competição, senti uma alegria imensa ao conquistar o

primeiro lugar; no fundo do meu coração, eu já sentia que venceria. Foi uma experiência incrível e emocionante. Quando retornei e cheguei à quadra da escola, me emocionei ainda mais ao ver meus amigos com cartazes, pompons, bexigas e confetes. Ao som da música ‘Campeão Vencedor’, não contive as lágrimas de tanta felicidade”, relatou o atleta, acompanhado dos profissionais da APAE Cianorte.

ESPORTE

## Tuneiras celebra bicampeonato da Copa Amenorte 2025

Tuneiras do Oeste  
Da Redação

A noite de segunda-feira, 15, marcou a cerimônia oficial de entrega dos títulos da Copa Amenorte 2025 e celebrou a campanha vitoriosa de Tuneiras do Oeste. A equipe confirmou o bicampeonato da competição, resultado que reforça a tradição esportiva do município e o desempenho dos atletas locais.

A premiação contou com a presença de Adriano José Alves, presidente da Associação Atlética Tuneirense, que representou a administração municipal e acompanhou a entrega dos troféus. Ele destacou a conquista como mais um capítulo importante da história do esporte tuneirense.

Nos prêmios individuais, o título de artilheiro da Copa Amenorte 2025 ficou com Cauã Matheus de Oliveira Victor, autor de sete gols ao longo do campeonato. O troféu de goleiro menos vazado foi entregue a Sailo Honório Pereira Nascimento, de 42 anos, que também ocupa o cargo de secretário



Equipe confirmou o bicampeonato da competição

municipal de Esportes. Com mais de dez títulos na carreira, ele é o atleta que mais vezes vestiu a camisa da equipe de Tuneiras do Oeste. O prêmio de melhor técnico da competição foi concedido a Wilson Filho, treinador da Associação Esportiva Tuneirense, reconhecido pelo trabalho consistente e pelo profissionalismo demonstrado durante o torneio. Já o título de craque da Copa Amenorte 2025 ficou com Luiz Vinicius Martins, natural de Moreira Sales. Na disputa por equipes, o Clube Atlético Rondon recebeu o troféu de vice-

-campeão da edição 2025 da Copa Amenorte. O prefeito Padre Guerino destacou o papel do esporte na formação social. “O esporte ensina valores como disciplina, respeito e trabalho em equipe. Esse bicampeonato é motivo de orgulho para Tuneiras do Oeste e reforça a importância de investir nas pessoas”, afirmou. O vice-prefeito Nivaldo, entusiasmado do esporte local, também ressaltou o envolvimento da comunidade. “Acompanhei as partidas e vi a entrega e a união dos atletas. Esse título é resultado de esforço coletivo e do apoio da população”, disse.

## INDIANÓPOLIS ENCERRA 2025 COM AÇÕES QUE FORTALECERAM O CUIDADO, A INCLUSÃO E A EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



Ao longo de 2025, a Prefeitura de Indianópolis, por meio das Secretarias de Assistência Social e de Educação e Cultura, desenvolveu ações que reafirmam o compromisso com a formação humana, o cuidado com as famílias e o apoio às trajetórias educacionais da comunidade.

### FORMAÇÃO PARA O CUIDADO COM A VIDA

Em parceria com o SENAC, o município iniciou o curso “Cuidados com Idosos em Domicílio”, capacitando profissionais para atuar com acolhimento e responsabilidade junto à população idosa.

### SEGURANÇA ALIMENTAR E VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), cestas com alimentos frescos foram entregues a famílias acompanhadas pelo CRAS, unindo assistência social e fortalecimento da produção local.

### VALORIZAÇÃO DA PESSOA IDOSA

O Dia Nacional da Pessoa Idosa foi celebrado com palestras, atividades físicas, momentos de integração e cuidado, promovendo bem-estar e respeito à terceira idade.

### RECONHECIMENTO NA ALFABETIZAÇÃO

A cidade conquistou o **Selo Ouro na Alfabetização**, premiação concedida aos municípios que garantem o direito de aprender na idade certa, com resultados de excelência nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

### MAIS APOIO PARA OS ESTUDANTES


Por meio da renovação dos Termos de Colaboração com a ASEUPI, o município aumentou o valor de repasse para o transporte de estudantes universitários e de cursos técnicos, reforçando o incentivo à formação profissional e acadêmica.

“Assistência e educação são pilares de uma cidade mais humana, justa e preparada para o futuro”, afirmou o prefeito Paulinho Mineiro.




INDIANÓPOLIS NAS  
MÃOS DO POVO





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON**  
ESTADO DO PARANÁ  
Fones (44) 3672-1122 e 3672-1283 - Fax: 3672-1122 - CEP 87800-000  
CNPJ 75.380.071/0001-66



**4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 80/2021, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RONDON E A EMPRESA ROSÂNGELA MARIA GALINDO.**

O MUNICÍPIO DE RONDON – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, escrito no CNPJ/MF sob n.º 75.380.071/0001-66, estabelecida na Avenida Paraná, 155, denominada a partir deste, simplesmente de MUNICÍPIO, através do seu representante Legal, Prefeito Municipal Senhor ROBERTO APARECIDO CORREDATO, brasileiro, casado, RG nº 3.003.952-1/PR., e do CPF nº 548.223.009-00, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa Rosângela Maria Galindo, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à Rua da Divisa, 519 - CEP: 87.215-000 - BAIRRO: Centro, cidade de São Manoel do Paraná/PR, inscrita no CNPJ sob nº 19.718.615/0001-86, neste ato representada por seu PROPRIETÁRIO, a Senhora Rosângela Maria Galindo, portadora da Cédula de Identidade nº 6.437.756-6, e do CPF nº 965.608.279-68, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente Termo Aditivo de Contrato, com aplicação subsidiária na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em sua atual redação e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições da **Pregão nº 104/2021**, expedido para **Contratação de empresa especializada para realizar oficina de teatro, oficina de violão e ukelele e oficina de sopro e percussão, por um período de 12 (doze) meses, com entrega de apresentações de acordo com a necessidade do município**, pelos termos da proposta da Contratada datada de 29/12/2021 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes.

**Cláusula Primeira: Objeto**

O presente termo aditivo tem por objeto de prorrogar a vigência do supracitado contrato por mais 12 (doze) meses, com início em 29/12/2025 e término em 28/12/2026, tendo em vista a economicidade e vantajosidade para a administração, conforme o disposto no Art. 57, Inc II, da Lei 8.666/93.

**Parágrafo Único** – Devido à prorrogação do prazo de vigência, ao valor do contrato fica acrescido R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais), perfazendo um valor total contratual de R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais).

**Cláusula Segunda: Disposições Gerais**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato original desde que não colidam com as deste Termo.

E, por assim estarem as partes ajustadas, assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rondon, 17 de dezembro de 2.025.

MUNICÍPIO DE RONDON  
CONTRATANTE


ROSÂNGELA MARIA GALINDO  
CONTRATADA

1ª \_\_\_\_\_

2ª \_\_\_\_\_

DE ACORDO E REVISTO POR:

THIAGO DE BRITO DORNE  
OAB-PR. 51447 – ASSESSOR JURÍDICO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA**  
Estado do Paraná  
Rua Parâ, 86 – Telefax: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210  
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70  
e-mail: pmguaporema@uol.com.br

**DECRETO MUNICIPAL Nº 3632/2025.**

*“Dispõe sobre recesso nas repartições públicas municipais, face as festividades alusivas ao período natalino e as festividades alusivas de final de ano.*

GILBERTO CASTIGLIONI, Prefeito Municipal de Guaporema - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 62, da Lei Orgânica do Município, e

**CONSIDERANDO** as festividades natalícias e de final de ano;

**CONSIDERANDO** a necessidade de paralisação dos serviços públicos não essenciais nestes dias comemorativos;

**DECRETO:**

**Art. 1º** - Fica decretado “RECESSO” nas repartições públicas municipais, no período de 22 de dezembro de 2025 (segunda-feira) a 05 de janeiro de 2026 (segunda-feira), tendo em vista as festividades alusivas ao período natalino e de final de ano, permanecendo inalterado os demais serviços sociais.


**Art. 2º** A secretaria Municipal da Saúde e demais serviços considerando sua natureza essencial e de relevante interesse público, manterá atendimentos de urgência e emergência no período de recesso, mantidas as escalas mínimas de atendimento nas UBS e nos demais serviços essenciais, atendendo a orientação do Ofício Circular nº 41/2025 da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná e da Diretoria de Atenção e Vigilância em Saúde (DVASM/COAS/DAV), bem como, orientação da 13ª Regional de Saúde.

**Art. 3º.** As férias solicitadas durante o período de recesso administrativo serão validadas como férias, bem como as férias requeridas antes ou imediatamente após esse período serão deferidas, conforme o interesse da administração.

**Art. 4º-** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições contrárias;

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaporema – Pr., nos dias vinte e cinco (25) de dezembro de dois mil e vinte e cinco (17/12/2025).

GILBERTO CASTIGLIONI  
Prefeito Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA**  
Estado do Paraná  
Rua Parâ, 86 – Telefax: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210  
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70  
e-mail: pmguaporema@uol.com.br

**Decreto n.º 3631/2025.**

**Ementa:** Dispõe sobre a EXONERAÇÃO, de Cargo de Efetivo e, dá outras providências.

**Preâmbulo:** Eu, Gilberto Castiglioni, prefeito do Município de Guaporema – Estado do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, especialmente com embasamento no artigo 83, inciso II, da Lei Orgânica,


**Determino:**

**Art. 1º** - Fica exonerada a pedido (a) a partir do dia 18/12/2025 o (a) Sr. (a) **IARA MENEZES RIBEIRO LEITE**, do cargo de AUXILIAR EM SAUDE BUCAL.

**Art. 2º** - Este ato entrará em vigor nesta data, revogando-se disposições contrárias. Publique-se, registre-se, arquite-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal da Cidade de Guaporema – Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de Dezembro ano de Dois Mil e Vinte e Cinco.


Gilberto Castiglioni  
Prefeito Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA**  
Estado do Paraná  
Rua Parâ, 86 – Telefax: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210  
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70  
e-mail: pmguaporema@uol.com.br

**Documentos para Contratação junto a Prefeitura Municipal de Guaporema:**

- ✓ Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos, à época da posse;
- ✓ Ter aptidão física e mental para o exercício do cargo, atestado por inspeção de saúde, de caráter eliminatório. Caso seja considerado inapto, não será admitido e perderá automaticamente a vaga;
- ✓ Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- ✓ Estar quite com o serviço militar, quando couber;
- ✓ Haver votado nas últimas eleições realizadas antes das inscrições ou ter justificado a ausência, quando for o caso;
- ✓ Certidão negativa de antecedentes criminais fornecida pelo **CARTÓRIO DISTRIBUIDOR DO FÓRUM**;
- ✓ Fotocópia de documento que comprove a escolaridade, conforme requisito para o cargo;
- ✓ Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento, da cédula de identidade, do título de eleitor, do CPF e do PIS/PASEP;
- ✓ Fotocópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde o mesmo esta regularmente matriculado;
- ✓ CPF dos dependentes;
- ✓ Carteira de Vacinação dos filhos com idade de até 06 (seis) anos;
- ✓ 01 foto 3X4;
- ✓ Comprovante de Residência – Atualizado com menos de 60 dias;
- ✓ Não estar afastado junto ao INSS na data limite para admissão;
- ✓ Não receber proventos de aposentadoria conforme teor do Artigo 37, Parágrafo 10 da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e nem estar com idade de aposentadoria compulsória;
- ✓ Declaração de vacinação;
- ✓ Diploma e/ou Certificado de conclusão do curso específico, reconhecido pelo MEC;
- ✓ Apresentar Declaração de imposto de Renda caso possuir;
- ✓ DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGOS (assinada na prefeitura);
- ✓ DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES (assinada na prefeitura);
- ✓ DECLARAÇÃO DE QUE NÃO FOI DEDITITO POR JUSTA CAUSA (assinada na prefeitura).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA**  
Estado do Paraná  
Rua Parâ, 86 – Telefax: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210  
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70  
e-mail: pmguaporema@uol.com.br

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 016/2025.**

**Ementa:** Dispõe sobre a convocação de aprovados, em virtude da realização de Concurso Público efetuado pelo Município de Guaporema – Estado do Paraná e, dá outras providências.

**Preâmbulo:** Eu, Gilberto Castiglioni, prefeito do Município de Guaporema – Estado do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, observando especialmente a Lei Orgânica do Município,

**RESOLVO:**

**Art. 1º** - Convocar os candidatos adiante nominados, aprovados em Concurso Público, realizado nos termos do Edital de Concurso Público n.º 001/2023, com o resultado final devidamente divulgado em conformidade com o Edital de Concurso Público n.º 001/2023-M e homologado através do Decreto n.º 3266/2024.

**NOME**

**CARGO**

DIONIS OLIVEIRA VIEIRA  
LUCIANI GODEGUEZI AGOSTINIS DE OLIVEIRA

OPERADOR DE MÁQUINAS  
OFICIAL ADMINISTRATIVO

**Art. 2º** - Os candidatos terão até o dia 22/12/2025, para comparecer à sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA, sito na Rua Parâ n.º 86, para assumir o cargo para o qual foi habilitado através do já mencionado no Concurso Público.

**Art. 3º** - Os candidatos convocados deverão comparecer munidos das documentações exigidas, de conhecimento dos mesmos, através do Edital de Concurso Público.

**Art. 4º** - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Publique-se, registre-se, arquite-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura municipal de Guaporema, aos dezoito dias do mês de Dezembro de dois mil e vinte e cinco.

Gilberto Castiglioni  
Prefeito Municipal



**CICONOP**  
Consórcio Público Inter municipal do Centro Noroeste do Paraná  
CNPJ: 01.178.931/0001-47  
www.ciconop.com.br

**EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 194/2025**  
**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2024**

**Objeto:** Contratação de pessoas jurídicas prestadoras de serviços de saúde e correlatos para fornecimento de consultas especializadas, cirurgias, médicos generalistas apenas para plantões, sessões, exames especializados, procedimentos, órteses, próteses e meios de locomoção, (OPM), bolsas de colostomia/ileostomia, para a população dos municípios consorciados através do Consórcio Público Inter municipal do Centro Noroeste do Paraná - CICONOP, os quais serão prestados nos laboratórios, consultórios próprios dos prestadores ou nos ambulatórios do CICONOP conforme edital de credenciamento 03/2024.

**Valor:** De acordo com a Tabela de Procedimentos - Resolução 70/2024  
www.ciconop.com.br - Credenciamento nº 03/2024, Anexo VII.  
Dotação Orçamentária: 02.001.10.301.0001.2.001.33.90.30.00 - Fontes 01001 e 01499 – 02.001.10.301.0001.2.001.33.90.39.00 - Fontes 01001, 01499 e 31.321.  
Vigência: 18 de dezembro de a 09 de outubro de 2026.

Termo de Credenciamento nº	CNPJ Nº	EMPRESA CONTRATADA
194/2025	64.031.520/0001-44	AJP SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

Cianoorte-Pr, 18 de dezembro de 2025.

Marco Antonio Franzato  
Presidente  
Original assinado no processo



**CICONOP**  
Consórcio Público Inter municipal do Centro Noroeste do Paraná  
CNPJ: 01.178.931/0001-47  
www.ciconop.com.br

**EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 192/2025**  
**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2024**

**Objeto:** Contratação de pessoas jurídicas prestadoras de serviços de saúde e correlatos para fornecimento de consultas especializadas, cirurgias, médicos generalistas apenas para plantões, sessões, exames especializados, procedimentos, órteses, próteses e meios de locomoção, (OPM), bolsas de colostomia/ileostomia, para a população dos municípios consorciados através do Consórcio Público Inter municipal do Centro Noroeste do Paraná - CICONOP, os quais serão prestados nos laboratórios, consultórios próprios dos prestadores ou nos ambulatórios do CICONOP conforme edital de credenciamento 03/2024.

**Valor:** De acordo com a Tabela de Procedimentos - Resolução 70/2024  
www.ciconop.com.br - Credenciamento nº 03/2024, Anexo VII.  
Dotação Orçamentária: 02.001.10.301.0001.2.001.33.90.30.00 - Fontes 01001 e 01499 – 02.001.10.301.0001.2.001.33.90.39.00 - Fontes 01001, 01499 e 31.321.  
Vigência: 18 de dezembro de a 09 de outubro de 2026.

Termo de Credenciamento nº	CNPJ Nº	EMPRESA CONTRATADA
192/2025	63.629.744/0001-90	FREDERICKA WALESKA STRICKERT LTDA

Cianoorte-Pr, 18 de dezembro de 2025.

Marco Antonio Franzato  
Presidente  
Original assinado no processo

**Prefeitura Municipal de São Tomé**  
C N P 375 381 178/0001-29  
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FECCHIO, 248 - FONE / FAX: (0xx44) 3607-1280  
prefeiturassotome@gmail.com  
CEP: 87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

**DECRETO Nº 1.422/2025**

Altero o art. 25 do Decreto nº 689/2018, que institui o Gerenciamento Eletrônico do ISSQN e regulamenta a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e no Município de São Tomé, para dispor sobre o prazo para cancelamento da NFS-e pelo emitente.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei,**


**DECRETA:**

**Art. 1º** O caput do art. 25 do Decreto nº 689, de 07 de março de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 25. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente, por meio do sistema informatizado disponibilizado pelo Município, acessível pelo endereço eletrônico [www.sotome.pr.gov.br](http://www.sotome.pr.gov.br), até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao da sua emissão, desde que não tenha ocorrido o pagamento do imposto, seja por retenção ou não.*

**PAÇO MUNICIPAL “ANTONIO ARICINI DA SILVA” DE SÃO TOMÉ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 18 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2025.**

**JOÃO PAULO TRAVASSOS RADDI**  
Prefeito



**Prefeitura Municipal de São Tomé**  
C N P 375 381 178/0001-29  
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FECCHIO, 248 - FONE / FAX: (0xx44) 3607-1280  
E-MAIL: prefeiturassotome@gmail.com  
CEP: 87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

**RETIFICAÇÃO DE AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2025**

**PROCESSO DISPENSA Nº 33/2025**

O MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ, Estado do Paraná, torna público que às 07:01 do dia 23/12/2025, fará realizar na Prefeitura Municipal de São Tomé, à Praça Professor Pedro Fecchio, 248, **Processo dispensa**, conforme especifica abaixo:

**OBJETO:** SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTRUTURA DE PALCO, SOM, ILUMINAÇÃO E ATRAÇÕES PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ, EVENTO QUE SE REALIZARÁ EM 31/12/2025.

**VALOR MÁXIMO** – O valor máximo para a aquisição é de R\$ 24.700,00 (Vinte e Quatro Mil e Setecentos Reais).

O Critério de julgamento será o menor preço por lote.

Data da Sessão: 23/12/2025 às 07h:00min

Horário da Fase de Lances: Das 07h até 13h

O Edital estará à disposição dos interessados na plataforma eletrônica [www.comprasbr.com.br](http://www.comprasbr.com.br), maiores informações poderão ser obtidas pelos telefones 044 3607-1280.

São Tomé, 18 de dezembro de 2025.

**BRUNO GABRIEL BARBIERI DO NASCIMENTO**  
Agente de Contratação



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON**  
ESTADO DO PARANÁ  
Fones (44) 3672-1122 e 3672-1283 - Fax: 3672-1122 - CEP 87800-000  
CNPJ 75.380.071/0001-66



**EXTRATO DE CONTRATO**  
**CONTRATO Nº 110/2025**  
**Pregão nº 77/2025**

Partes: O MUNICÍPIO DE RONDON e a F. H. MATSUDA MONITORAMENTO E INTERNET LTDA.

**Objeto:** O presente Contrato tem por objeto Contratação empresa especializada em serviços de comunicação de dados e de acesso à Rede Mundial de Computadores (Internet), através de link via Fibra Ótica, com fornecimento de IP FIXO, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Administração Municipal, pelo período de 12 meses, com fornecimento total dos equipamentos (em comodato) necessários à execução dos serviços.

**Valor:** R\$ 70.800,00 (Setenta Mil e Oitocentos Reais)

**Forma de Pagamento:** Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura de Rondon, depois de homologado o procedimento licitatório, em parcelas mensais, vencíveis até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao da prestação do serviço, mediante apresentação pela fornecedora da respectiva nota fiscal atestada pela respectiva secretaria requisitante

**Dotação Orçamentária:** Os pagamentos decorrentes da presente licitação ocorrerão por conta de recursos próprios do município, através da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

UNFUNCAO	SUBFUN	PROG	DEST	PROJ	AT	PROJAT	CAT. ECON	FONTE
0502	04	122	1	2	08	Manutenção do Sistema de Comunicação	3.3.90.39.00.00	OUTROS SER. DE TERCEIROS – PJ

**Duração:** O Presente contrato terá duração até o dia 18/12/2026, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/21 e será contado a partir da assinatura do presente Contrato.

**Foto:** da Comarca de Cidade Getúlio – Pr.

**Data da assinatura:** 18/12/2025.

Rondon – Pr, 18 de dezembro de 2025.

Roberto Aparecido Corredato  
Prefeito Municipal

**PREFEITURA DE SÃO MANOEL DO PARANÁ**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2025**

O MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ torna público que fará realizar, às 09h00min do dia 12 de fevereiro de 2026, na plataforma BLL – BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL, a **CONCORRÊNCIA**, na forma **Eletrônica**, sob regime de empreitada por preço global, tipo **MENOR PREÇO**, das seguintes obras:

Local do objeto	Objeto	Quantidade	Prazo de execução
Conjunto Habitacional Raul José Monteiro e Golden Park	Construção de Casas Habitacionais	25 unidades	365 dias

A pasta técnica com o inteiro teor do edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no site eletrônico da Prefeitura, [www.saomanoeldoparana.pr.gov.br](http://www.saomanoeldoparana.pr.gov.br) e na plataforma BLL – <https://www.bll.org.br>. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos poderão ser apresentados ao Agente de Contratação pela plataforma.

São Manoel do Paraná, 18 de dezembro de 2025.

Vitor Hugo Rodrigues  
Prefeito Municipal  
Município de São Manoel do Paraná



**CICONOP**  
Consórcio Público Inter municipal do Centro Noroeste do Paraná  
CNPJ: 01.178.931/0001-47  
www.ciconop.com.br

**EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 193/2025**  
**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2024**

**Objeto:** Contratação de pessoas jurídicas prestadoras de serviços de saúde e correlatos para fornecimento de consultas especializadas, cirurgias, médicos generalistas apenas para plantões, sessões, exames especializados, procedimentos, órteses, próteses e meios de locomoção, (OPM), bolsas de colostomia/ileostomia, para a população dos municípios consorciados através do Consórcio Público Inter municipal do Centro Noroeste do Paraná - CICONOP, os quais serão prestados nos laboratórios, consultórios próprios dos prestadores ou nos ambulatórios do CICONOP conforme edital de credenciamento 03/2024.

**Valor:** De acordo com a Tabela de Procedimentos - Resolução 70/2024  
www.ciconop.com.br - Credenciamento nº 03/2024, Anexo VII.  
Dotação Orçamentária: 02.001.10.301.0001.2.001.33.90.30.00 - Fontes 01001 e 01499 – 02.001.10.301.0001.2.001.33.90.39.00 - Fontes 01001, 01499 e 31.321.  
Vigência: 18 de dezembro de a 09 de outubro de 2026.

Termo de Credenciamento nº	CNPJ Nº	EMPRESA CONTRATADA
193/2025	63.606.846/0001-98	EC DE ANDRADE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

Cianoorte-Pr, 18 de dezembro de 2025.

Marco Antonio Franzato  
Presidente  
Original assinado no processo

**SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
CONVENIADO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE  
ASSOCIADO AO CONSORCIO PÚBLICO CISPAR  
Rua Sofia Tachini, 237 - Jardim Bela Vista - Fone/Whats: (44)3110-1346 / 99916-0638  
CNPJ: 08.909.090/0001-44 - CEP: 87.230-000 - JUSSARA - PARANÁ  
e-mail: atendimento@jussara.pr.gov.br

**AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2025**

Considerando a demanda formalizada, o estudo técnico preliminar, a estimativa da despesa, a previsão orçamentária, a justificativa de preços, o atendimento aos requisitos de habilitação, a análise preliminar por parte do setor competente e o parecer jurídico emitido, **FICA AUTORIZADA** a contratação direta do objeto abaixo referido, via dispensa de licitação, posto que:

- 1) o valor está adequado ao teto estabelecido no art. 75, caput, II da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 2) não foi despendido por este órgão, neste exercício financeiro, mais do que o valor previsto no item "1" acima, nos termos do art. 75, §1º, I da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 3) o somatório da despesa abaixo referida, somada com outros objetos da mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade, não ultrapassou o valor previsto no item "1" acima, nos termos do art. 75, §1º, II da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

<b>OBJETO</b>	Contratação de Empresa especializada em administrar programas de estágio para intermediar a realização de estágio remunerado no âmbito deste SAMAE de Jussara/PR, por alunos regularmente matriculados e com frequência efetiva em cursos de Educação Superior, vinculados ao ensino público e particular, mediante a concessão de Bolsa de Estágio com prestação de serviços pelo período de 12 (doze) meses.
<b>VALOR</b>	R\$ 17.791,20 (dezenove mil, setecentos e noventa e um reais e vinte centavos)
<b>FORNECEDOR</b>	FUNDAÇÃO CANDIDO GARCIA - FUNCANDIDO
<b>CNPJ</b>	04.166.662/0001-97

Fica a dispensa devidamente RATIFICADA e APROVADA em todos os seus termos e atos.

Publique-se o presente ato de dispensa.

Jussara, 17 de dezembro de 2025.

**Valter Luiz Bossa**  
Diretor Geral do SAMAE

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
ESTADO DO PARANÁ  
RECURSOS HUMANOS  
Av. Princesa Isabel, nº 320  
CEP: 87.230-000  
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br  
CNPJ: 75.789.552/0001-20

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
TRABALHO & FAMÍLIA  
Av. Princesa Isabel, nº 320  
CEP: 87.230-000  
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br  
CNPJ: 75.789.552/0001-20

**PORTARIA Nº 381/2025**

**O SENHOR MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,**

**RESOLVE:**

**C O N C E D E R** – A Servidora Pública Municipal senhora Cleonice Fernandes, licença para tratamento de saúde por tempo indeterminado, em virtude de doença, a partir de 18/11/2025, conforme dispõe o Artigo 96, da Lei Municipal nº 1.710/2019 de 30/10/2019.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE**

**PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUATO**  
Aos 18 de dezembro de 2025.

**MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI**  
PREFEITO MUNICIPAL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
ESTADO DO PARANÁ  
RECURSOS HUMANOS  
Av. Princesa Isabel, nº 320  
CEP: 87.230-000  
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br  
CNPJ: 75.789.552/0001-20

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
TRABALHO & FAMÍLIA  
Av. Princesa Isabel, nº 320  
CEP: 87.230-000  
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br  
CNPJ: 75.789.552/0001-20

**PORTARIA Nº 378/2025**

**CONCÉDER** – Aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, Férias Regulamentares, conforme dispõe o Artigo 77 do Regime Jurídico Único, Lei Municipal nº 1.710/19.

**JUSSARA REGINA BARBOSA** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 02/06/2024 a 01/06/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11562/25.

**JUSSARA REGINA BARBOSA** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 15/03/2024 a 14/03/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11576/25.

**KARINA FORTINI BARZOS** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 07/08/2023 a 06/08/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11576/25.

**LEILIANE FERREIRA ANDREACI** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/01/2024 a 31/12/2024, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11542/25.

**LEILA APARECIDA TIBERIO** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 02/05/2024 a 01/05/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11532/25.

**LINDWEST TENORIO BEZERRA GALVÃO** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 02/01/2025 a 01/01/2026, com o período de concessão para 12/01/2026 a 26/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11576/25.

**LOURIVAL MINOATI MORGUCHI** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 05/08/2023 a 04/08/2024, com o período de concessão para 01/01/2026 a 30/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11773/25.

**LUCAS DOS SANTOS ALVES DAS COSTA** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 13/09/2024 a 12/09/2025, com o período de concessão para 01/12/2025 a 20/12/2025, conforme requerimento protocolado sob nº 11512/25.

**LUCIANA MONICA DA SILVA SOUZA** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 17/02/2024 a 16/02/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11786/25.

**LUCILANE RODRIGUES DE LIMA DA COSTA** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 02/05/2024 a 01/05/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11532/25.

**LUIZ CARLOS RIBEIRO SALVADOR** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/04/2023 a 20/03/2024, com o período de concessão para 26/01/2026 a 10/02/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11547/25.

**LUZINETE BARBOSA DA SILVA CARVALHO** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 03/11/2023 a 02/11/2024, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11761/25.

**MARIA APARECIDA CARDOSO LUCINDO** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 15/02/2023 a 14/02/2024, com o período de concessão para 26/01/2026 a 10/02/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11732/25.

**MARCIA REGINA PIVATO** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 12/01/2025 a 11/01/2026, com o período de concessão para 12/01/2026 a 10/02/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11550/25.

**MARIANA GUIDES ROCHA** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 23/10/2024 a 22/03/2025, com o período de concessão para 19/01/2026 a 28/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11772/25.

**MARIANA TENORIO BEZERRA** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 02/11/2024 a 01/11/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11520/25.

**MARCO OLIVEIRA APOLINÁRIO** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 05/06/2022 a 04/06/2023, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11430/25.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE**  
**PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUATO**  
Aos 16 de dezembro de 2025.

**Moacir Luiz Pereira Valentini**  
PREFEITO MUNICIPAL

**APMIF**  
ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE, INFÂNCIA E A FAMÍLIA DE JUSSARA  
AVENIDA NAPOLEÃO MOREIRA DA SILVA, 402  
CELULAR E WATS (44) 98811-8725 EMAIL: apmif@jussara.pr.gov.br  
CNPJ: 75.789.487/0001-32  
JUSSARA-PR

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2025**  
**ASSEMBLEIA GERAL ELETIVA**

O Presidente da Associação de Proteção à Maternidade, Infância e a Família de Jussara, Senhor Rodrigo Aparecido Manzini, no uso de suas atribuições, em cumprimento ao Artigo 35 do Estatuto Social, convoca todos os associados para participarem da Assembleia Geral Eletiva, a realizar-se no dia 22 de janeiro de 2026, às 19h00min, na Sede da APMIF, situada à Avenida Napoleão Moreira da Silva n.º 402, Centro, Jussara, Estado do Paraná. Conforme estabelece o Artigo 35 do Estatuto Social, a Assembleia Geral Eletiva instalar-se-á:

- Em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta (51%) dos associados com direito a voto;
- Em segunda convocação, após intervalo de 30 (trinta) minutos, com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos associados com direito a voto.

A Assembleia terá a seguinte Ordem do Dia:

- I – Eleição da Nova Diretoria Social e do Conselho Fiscal;
- II – Posse dos Eleitos.

Os associados que desejarem concorrer aos cargos da Diretoria Social e do Conselho Fiscal, observadas as condições e requisitos previstos no Estatuto Social, deverão inscrever suas chapas conforme modelo fornecido pela APMIF, protocolando a inscrição até o dia 02 de janeiro de 2026.

**PUBLIQUE-SE E AFIXE**  
Jussara-Pr., 18 de dezembro de 2025.

**Rodrigo Aparecido Manzini**  
Presidente da APMIF

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
ESTADO DO PARANÁ  
RECURSOS HUMANOS  
Av. Princesa Isabel, nº 320  
CEP: 87.230-000  
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br  
CNPJ: 75.789.552/0001-20

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
TRABALHO & FAMÍLIA  
Av. Princesa Isabel, nº 320  
CEP: 87.230-000  
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br  
CNPJ: 75.789.552/0001-20

**PORTARIA Nº 374/2025**

**RESOLVE:**

**C O N C E D E R** – Aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, Férias Regulamentares, conforme dispõe o Artigo 77 do Regime Jurídico Único, Lei Municipal nº 1.710/19.

**ADENIR APARECIDO CASTORINO** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 07/01/2025 a 06/01/2026, com o período de concessão para 02/01/2026 a 31/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11633/25.

**ADRIANA SILVA BARBOSA** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 07/01/2023 a 06/01/2026, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11599/25.

**ALINE PACHECO DE PAIVA** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/06/2023 a 31/05/2024, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11786/25.

**ALIOZ PEREIRA DA SILVA** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 09/01/2024 a 08/01/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11842/25.

**ALANA CAROLINE MIRANDA GRESAN** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 14/09/2023 a 13/09/2024, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11582/25.

**ANA CAROLINA BASSO MORENO NUNES** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 02/08/2024 a 01/05/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11575/25.

**ANA CLAUDIA DE SOUZA MENEZES** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/04/2024 a 31/03/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11575/25.

**ANA LUCIA DE ARAUJO** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/10/2024 a 30/09/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11583/25.

**ANA PAULA CARDOSO SILVA** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 14/09/2023 a 13/09/2024, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11583/25.

**ANA PAULA PAVELOSKI ROMERO** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 31/03/2024 a 30/03/2025, com o período de concessão para 01/12/2025 a 10/12/2025, conforme requerimento protocolado sob nº 11436/25.

**ANDERSON JACOMINI MENEZES** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 03/02/2025 a 02/02/2026, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11586/25.

**ANDRE GIROTTO** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 06/04/2024 a 05/04/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11791/25.

**ANGELICA DE ARAUJO SOUZA** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/03/2024 a 28/02/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11512/25.

**ANGELICA GONÇALVES DA SILVA** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/10/2024 a 30/09/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11532/25.

**ANGELITA MARIA TREVISAN BOSSA** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 12/08/2023 a 11/08/2024, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11506/25.

**ALLAN RODRIGO DO CARMO GALVÃO** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 02/01/2025 a 01/01/2026, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11502/25.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE**  
**PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUATO**  
Aos 16 de dezembro de 2025.

**Moacir Luiz Pereira Valentini**  
PREFEITO MUNICIPAL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
ESTADO DO PARANÁ  
RECURSOS HUMANOS  
Av. Princesa Isabel, nº 320  
CEP: 87.230-000  
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br  
CNPJ: 75.789.552/0001-20

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
TRABALHO & FAMÍLIA  
Av. Princesa Isabel, nº 320  
CEP: 87.230-000  
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br  
CNPJ: 75.789.552/0001-20

**PORTARIA Nº 378/2025**

**RESOLVE:**

**C O N C E D E R** – Aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, Férias Regulamentares, conforme dispõe o Artigo 77 do Regime Jurídico Único, Lei Municipal nº 1.710/19.

**MARIA SERLA SOARES DOS SANTOS VIEIRA** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 02/09/2023 a 01/09/2024, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11778/25.

**MARIA LUCILENE DE SOUZA BAZARIN** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 25/03/2024 a 24/03/2025, com o período de concessão para 17/01/2026 a 16/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11529/25.

**MARLENE APARECIDA DE SOUZA** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/04/2024 a 31/03/2025, com o período de concessão para 12/01/2026 a 31/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11519/25.

**MICHELLE BUHRER DOS SANTOS** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 10/04/2025 a 09/04/2026, com o período de concessão para 02/01/2026 a 31/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11786/25.

**MICHELLE LEME LAZARINI** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 17/04/2024 a 16/04/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11501/25.

**NILCEIA REGINA DE MATOS DOS SANTOS** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 02/01/2024 a 01/01/2025, com o período de concessão para 15/01/2026 a 13/02/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11444/25.

**PAULO CEZAR DAS NEVES** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/03/2024 a 28/02/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11504/25.

**PAULO CEZAR DA SILVA CASTILHO** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 03/04/2023 a 02/04/2024, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11576/25.

**PERRIO JEAN PEREIRA DE SOUZA** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/04/2023 a 31/03/2024, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11517/25.

**ROSILENE APARECIDA MARTINS PANZIO** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 10/01/2025 a 09/01/2026, com o período de concessão para 16/12/2025 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11592/25.

**ROSANE PEDROSO DA SILVA** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 10/01/2024 a 09/01/2025, com o período de concessão para 16/12/2025 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11536/25.

**ROSANGELA DA CUNHA CAETANO** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 07/08/2024 a 06/08/2025, com o período de concessão para 02/01/2026 a 31/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11577/25.

**SABRINA CAROLINE DOS SANTOS MOREI** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 07/08/2024 a 06/08/2025, com o período de concessão para 21/01/2026 a 30/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11546/25.

**SALETE SOARES DA SILVA AMARO** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/06/2024 a 31/07/2025, com o período de concessão para 12/01/2026 a 21/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11506/25.

**SANDRA APARECIDA DA SILVA CUNHA** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 13/02/2024 a 12/02/2025, com o período de concessão para 20/12/2025 a 08/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11597/25.

**SANDRA REGINA DE MELO SANTOS** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 12/06/2023 a 11/06/2024, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11540/25.

**SARA DE LIMA ROMEIRO** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 02/05/2023 a 01/05/2024, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11596/25.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE**  
**PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUATO**  
Aos 16 de dezembro de 2025.

**Moacir Luiz Pereira Valentini**  
PREFEITO MUNICIPAL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
ESTADO DO PARANÁ  
CONTABILIDADE  
Av. Princesa Isabel, nº 320  
CEP: 87.230-000  
E-mail: contabilidade@jussara.pr.gov.br  
CNPJ: 75.789.552/0001-20

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
TRABALHO & FAMÍLIA  
Av. Princesa Isabel, nº 320  
CEP: 87.230-000  
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br  
CNPJ: 75.789.552/0001-20

**DECRETO 7359/2025**

**"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR"**

O Prefeito do Município de Jussara - Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente no contido na Lei Municipal nº 1.967 de 19/12/2024.

**DECRETA**

**Art. 1º** – Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Des	Org	Unid	Funcional Progr	Fonte	Nomenclatura	Cat. Eco	Valor
01051	06	009	1339200112021	31997	Manutenção das Atividades de Cultura e Turismo	3.3.90.30	30.000,00
06	009	1339200112021	31997	77352	Manutenção das Atividades de Cultura e Turismo	3.3.90.39	34.000,00
1001	10	003	33030100092034	01051	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	3.1.90.11	3.000,00
<b>TOTAL</b>							<b>87.000,00</b>

**Art. 2º** - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação, conforme preceito do Inciso I, do Parágrafo Único, do Art. 5º da Lei Municipal nº 1.967/2024, de 19 de dezembro de 2024 (Lei Orçamentária Anual - LOA), nas seguintes Fontes de Recursos:

Fonte	Nomenclatura	Valor (Em R\$)
01051	Vencimentos dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias	3.000,00
31997	Realização de Decoração Natalina - SEIT - Protocolo nº 24.138.877-8 - Convênio 735/2025 - SIT	84.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>87.000,00</b>

**Art. 3º** - Fica o Executivo Municipal autorizado, a incluir/alterar as referidas dotações orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual - LOA/2025, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2025 e no Plano Plurianual - PPA 2022/2025.

**Art. 4º** - Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Romildo Rufato.  
Jussara, 18 de dezembro de 2025.

**Original Assinado**  
**MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI**  
Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
ESTADO DO PARANÁ  
RECURSOS HUMANOS  
Av. Princesa Isabel, nº 320  
CEP: 87.230-000  
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br  
CNPJ: 75.789.552/0001-20

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
TRABALHO & FAMÍLIA  
Av. Princesa Isabel, nº 320  
CEP: 87.230-000  
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br  
CNPJ: 75.789.552/0001-20

**PORTARIA Nº 375/2025**

**RESOLVE:**

**C O N C E D E R** – Aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, Férias Regulamentares, conforme dispõe o Artigo 77 do Regime Jurídico Único, Lei Municipal nº 1.710/19.

**ARIANE PRECISO LIMA** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 13/04/2024 a 12/04/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11538/25.

**APARECIDA PIVATO VERSTI** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 25/08/2024 a 24/08/2025, com o período de concessão para 19/01/2026 a 02/02/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11799/25.

**BEATRIZ DE JESUS** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/02/2024 a 31/01/2025, com o período de concessão para 08/12/2025 a 27/12/2025, conforme requerimento protocolado sob nº 11775/25.

**BRUNO NALIN** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 03/06/2024 a 02/06/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11593/25.

**CELINA RODRIGUES DE LIMA** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/02/2024 a 31/01/2025, com o período de concessão para 15/01/2026 a 03/02/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11447/25.

**CLAUDIR PEREIRA DOS SANTOS** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 02/04/2022 a 01/04/2023, com o período de concessão para 15/01/2026 a 03/02/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11774/25.

**CLEBERSON LUCIANO UEDA** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 12/11/2023 a 11/11/2024, com o período de concessão para 16/01/2026 a 30/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11534/25.

**CHIOFFI MAURICIO YAMAO** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 02/08/2022 a 01/08/2023, com o período de concessão para 06/11/2026 a 25/11/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11755/25.

**DENIZE MONTEIRO SANTOS ARAUJO** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 12/06/2023 a 11/06/2024, com o período de concessão para 12/01/2026 a 21/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11510/25.

**EDGAR DA SILVA VIEIRA** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 02/05/2023 a 01/05/2024, com o período de concessão para 08/12/2025 a 17/12/2025, conforme requerimento protocolado sob nº 11512/25.

**EDVALDO DA SILVA LACERDA** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/08/2024 a 31/07/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11516/25.

**EDNEI SABINO DA COSTA** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/01/2023 a 31/12/2023, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11592/25.

**ERICA VALENTINI COLAUTO OLIVEIRA** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 02/04/2023 a 01/04/2024, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11784/25.

**EDLAINE APARECIDA CARDOSO GALHARDO** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 02/06/2023 a 01/06/2024, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11755/25.

**ELAINE PEREIRA BATISTA ROCHA** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/04/2024 a 31/03/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11776/25.

**EDNEIA PIMENTA MORGUCHI** – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 02/07/2017 a 01/07/2024, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11533/25.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE**  
**PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUATO**  
Aos 16 de dezembro de 2025.

**Moacir Luiz Pereira Valentini**  
PREFEITO MUNICIPAL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
ESTADO DO PARANÁ  
RECURSOS HUMANOS  
Av. Princesa Isabel, nº 320  
CEP: 87.230-000  
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br  
CNPJ: 75.789.552/0001-20

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
TRABALHO & FAMÍLIA  
Av. Princesa Isabel, nº 320  
CEP: 87.230-000  
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br  
C

**Prefeitura Municipal de Japurá**  
Avenida Bulhões, 353 - Centro - Fone: (49) 3820-1327 - Fax: (49) 3835-1300  
e-mail: contabilidade@japura.pr.gov.br - CEP: 81225-000 - CNPJ: 75.788.349/0001-99 - Japurá/PR.

**Estado de Paraná**

**DECRETO Nº 168/2025**

Dispõe sobre a contabilização da programação financeira e orçamentária de desdobramento para o exercício de 2026.

**A PREFEITA MUNICIPAL DE JAPURÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 8º e art. 13 da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.**

**DECRETA:**

**Art. 1º** - A movimentação das dotações orçamentárias dos órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Autarquias constantes da Lei nº 048/2025 (Lei Orçamentária Anual), ficam limitadas aos valores constantes do Cronograma Financeiro.

**Parágrafo Único** - Excluem-se do limite máximo de movimentação, as despesas pertencentes aos seguintes grupos de dotação:

- I - Relativos aos grupos de despesas:
  - a) Pessoal e encargos sociais;
  - b) Juros e encargos de dívida; e
  - c) Amortização da Dívida
- II - Destinadas aos pagamentos:
  - a) As despesas decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado;
  - b) As despesas decorrentes de auxílios, subvenções e transferências, devidamente autorizadas por Lei específica;

**Art. 2º** - A realização de despesas incluindo consignação de terceiros e restos a pagar farão parte do mencionado cronograma e sua amortização ocorrerá mediante contabilização do superávit financeiro do exercício de 2025, até o montante da efetiva arrecadação das receitas, constantes do Cronograma Financeiro anexo a este Decreto, e observadas às exclusões do artigo 1º.

As regras de interpretação do Imposto de Renda dispõem na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 16 de janeiro de 2013, de referência ao RFB nº 2.143, de 26 de junho de 2013, a alterações posteriores, sob o lema de não aplicação por falta de contradição/Gravidade Gerenciadora.

**Parágrafo Único:** O contribuinte acurda-se com o Fisco, mediante o qual, quando o Índice Contrato/Gravidade Gerenciadora atenua a exatidão do objeto da taxa, por meio de Item de Acreditamento ou Recúbo;

**IV –** Havendo erro na apresentação da nota Fiscal/Ata, ou circunstância que implique a liquidação da dívida, o Fisco, mediante o qual, quando o Índice Contrato/Gravidade Gerenciadora não se aplica, a qualquer, e por parte do pagador incluir-se-á a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer dano para a Contratação/Gravidade Gerenciadora;

**Parágrafo Único:** Quando o Índice Contrato/Gravidade Gerenciadora, em valores devidos à Contratação atenua significativamente dentro o termo final do prazo de pagamento, até a data da efetiva regularização, mediante aplicação do Índice Oficial INRFB/Gravidade para atualização monetária, nos termos do art. 32, inciso IV, da Lei Federal nº 14.186/2006;

**Parágrafo Primeiro:** A Contratação deve manter durante toda a execução da taxa todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Instrução Normativa de acordo com o Artigo 52, inciso XIV da Lei Federal nº 14.186/2006;

**Parágrafo Segundo:** O prazo de pagamento da taxa não se aplica em caso de condições especiais de pagamento, a qualquer, que deva, obrigatoriamente, vir acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da Contratação, visando ao prazo mínimo de concessão elevados no art. 68, da Lei Federal nº 14.186/2006;

**Parágrafo Único:** Não se aplica a Contratação quando a taxa for paga pela Contratação, o prazo para pagamento reduzido até a conta da data da respectiva regularização;

**Parágrafo Único:** O contribuinte acurda-se quaisquer irregularidades por parte do contribuinte, sendo preponderância sua a regularização, mediante o qual, quando o Índice Contrato/Gravidade Gerenciadora não se aplica, a qualquer, e por parte do pagador apresentar sua defesa. O prazo pode ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contribuinte/Gravidade Gerenciadora;

**Parágrafo Único:** Quando houver regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratação/Gravidade Gerenciadora deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à regularização da situação, mediante o qual, quando o Índice Contrato/Gravidade Gerenciadora não se aplica, a qualquer, para sejam acionados os meios preventivos e necessários para garantir o recebimento de suas créditos;

**Parágrafo Segundo:** Persistindo a irregularidade, o contribuinte/Gravidade Gerenciadora deverá adotar as medidas necessárias à execução contábil dentro do processo administrativo correspondente, assegurada a Contratação a qualquer;

**Parágrafo Primeiro:** Havendo a efetiva execução do objeto, o pagamento será realizado normalmente, até que se seja pago a qualquer, até a conta, sendo a Contratação não regularizar sua situação;

**Parágrafo Único:** A Nota Fiscal deve ser emitida em nome do contribuinte/Gravidade Gerenciadora;

**CAUSULA OITAVA – DA EMISSÃO DO NOTA FISCAL/ATATACUANDO RECÚBO**

**I – A DETENTORA DA ATA, quando em nome de notas Fiscal/Atas/Recúbo, deverá fazer constar o Processo Liquidatório nº 22/2024 e a Lei nº 31/2025.**

**Parágrafo Único:** As notas Fiscal/Atas ou os recúbo deverão ser emitidos em nome da **CÂMARA MUNICIPAL DE CASARÉ, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-38** com as informações contidas na Nota de Empenho.

**CAUSULA NONA – DO REAJUSTE**

**I –** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do pagamento estimado, em 15 (quinze) dias úteis após a data de emissão da Nota de Empenho.

**Parágrafo Único:** No prazo de 03 (três) meses da data de arrematação, o contratado, mediante solicitação à Contratada, os preços inicialmente contratados, mediante a aplicação do Contratação/Gravidade Gerenciadora, do Índice INRFB/Gravidade do período, e em sua taxa, aplicará-se o Índice Fixado pelo Governo Federal, no período do reajuste, legítimamente

IX - Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, feitos pela Contratada, a partir de 60 (sessenta) dias, contados da data da prestação do requerimento correspondente, até o dia 31, às 12h, de cada mês de 13/11/2021, e:

a) O prazo estipulado no presente inciso poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente requerido e aprovado pelo Comitê de Administração;

b) - Notificar os embarques de 10 (dez) garantias (ou taxa, quando houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais).

**Parágrafo Único:** O Contratado/Orgão Gerenciador não responderá por qualquer compromisso assumido pela Contratada em decorrência de sua atuação, desde que não haja a perfeita execução dos serviços, não sendo causadas a terceiros em decorrência de atos da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA:**

Além das obrigações previstas na Lei, a CONTRATADA deverá:

a) - Cumprir todas as obrigações constantes da presente ata e demais documentos emisso, assumindo como exclusivas suas, ou ciente as despesas decorrentes da sua perfeita execução dos serviços;

b) - Entregar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

c) - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13, 14 e 17 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.072/90);

d) - Comunicar à Contratante/Orgão Gerenciador, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com documentação que atestem a veracidade;

e) - Atender às determinações reguladas, emitidas pelo fiscal e gestor da ata, ou autoridade superior, conforme preceitos da Lei nº 137, inciso II da Lei Federal de 14/11/2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por ele solicitada;

f) - Reparar, corrigir, renovar, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado no Termo de Referência, os bens que se verificarem viciados, defeituosos ou incorrerem resultados da execução dos dois materiais entregados;

g) - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração Pública ou a terceiros, não excluindo essa responsabilidade a fiscalização ou a fiscalização da execução contratada pela Contratante/Orgão Gerenciador, que fiscal autorizada a descontar dos pagamentos devidos a garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

h) - Não contestar, durante a vigência da ata, obrigações, compromissos ou parâmetros em linha velha, colatados ou não, em decorrência de atos de fiscalização, de acordo com o disposto no artigo 137, inciso II da Lei Federal nº 14, no termos do artigo 48, parágrafo único, II, da Lei nº 14.131/2021, e:

d) - Entregar ao seu representante pela fiscalização da ata, Junto à Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade relativa à Situação Social;

b) Carteira Conjunta Relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

c) Certifies que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da Contratada;

d) Certificado da Regularidade do FGTS - CRRF;

e) Carteira Negativa de Débitos Tributários - CNDT;

f) Declaração de não ter sido declarada em falência;

g) Fica-lhe constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

h) Poderá a Administração optar pela extinção da ata e, nesse caso, adotar as medidas administrativas em lei para a extinção da obrigação de entrega do objeto.

f) - A Ata pode ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo nela previsto, por algum dos motivos previstos no artigo 137, inciso II da Lei Federal de 14/11/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a) Neta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejaram a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir a ata;

c) Se a operação implicar mudança de pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para a alteração da pessoa contratada;

V - A entrega do presente termo de ata poderá ocorrer:

a) Por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente da sua própria conduta;

b) Por decisão conjunta, por acordo entre as partes, concordância, mediação ou corte de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

c) Por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial;

VI - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

a) Balanço dos demais contratos já cumpridos ou parâmetros cumpridos;

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) Indicações e multas;

**Parágrafo Primeiro:** A entrega por ato unilateral da **ORGÃO GERENCIADOR**, sujeitará a **DETENTORA DA ATA** a multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo da ata existente na data da entrega, independentemente de outras penalidades.

**Parágrafo Segundo:** Caso a entrega por ato unilateral da **ORGÃO GERENCIADOR**, advinda da extinção contratada por culpa da **DETENTORA DA ATA**, exceto o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como multa de indenização a ser paga pelo **DETENTOR DA ATA** em favor do processo de liquidação no ato da extinção de contrato;

**Parágrafo Terceiro:** A extinção determinada por ato unilateral da **ADMINISTRAÇÃO** e a extinção contratada, deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e realizada a termo no respectivo processo de extinção de contrato.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - Sã FRAUDE E A ANTECIPACÃO:**

a) O **ORGÃO GERENCIADOR** e a **DETENTORA DA ATA** devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admita subcontratação, e muito além disso de atos durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do contrato, sob pena de:

**Parágrafo Primeiro:** Para a propulsão desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) prática corrupta: interferir, de qualquer ou qualquer, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o intuito de obter o presente ou futuro proveito de licitação ou de execução de contrato;

b) prática fraudulenta: a falsificação ou uso de falsos dados, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) prática fraudulenta: estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com o fim de um comprometimento de representantes ou prepostos de órgãos contratados, visando obter vantagens no nível de execução do contrato.

[illegible]

**VII -** A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratante/Detentor da Alta, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas vigentes.

**VIII -** Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, visando à restauração e substituição de peças e componentes danificados.

**IX -** De acordo com a legislação vigente, a manutenção corretiva é classificada em:

**IX-1 -** De peças que apresentarem vício ou defeito no prazo de validade da garantia deverão ser substituídas por outras novas, ou, primeiro uso, e original, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças substituídas.

**IX-2 -** De peças utilizadas, o Contratante/Detentor da Alta realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de retirada do bem em questão e da apresentação da documentação necessária para a assistência técnica autorizada.

**X -** Prazo indicativo no subitem anterior, durante sua transição, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e aprovação do Contratante/Detentor da Alta, aceita pelo próprio Contratante/Gerenciador.

**XI -** Na hipótese do subitem acima, o autorizador da Alta deverá disponibilizar equipamento equivalente, com prazo de entrega não superior a 30 (trinta) dias, para utilização em caráter provisório pelo Contratante/Gerenciador, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a manutenção.

**XII -** Decorrido o prazo para reparo e substituições sem atendimento da solicitação, fica o Contratante/Gerenciador autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ou seja, o substituição do bem ou do componente, sob a responsabilidade do Contratante/Detentor da Alta o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia contratada.

**XIII -** O custo de transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será responsabilidade do Contratante/Detentor da Alta.

**XIV -** O custo de logística de entrega do objeto tem prazo de validade prático e desconsidera distância fixada na nota, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma das suas condições, mesmo depois de esgotada a vigência contratada.

**XV -** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato de entrega, juntamente com a nota fiscal ou nota de entrega e cobrança equivalente, pela(s) responsável(ais) pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e no Edital.

**XVI -** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação contratual, em sua corteia, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**XVII -** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias (tais), a contar do recebimento da nota fiscal ou da nota de entrega e cobrança equivalente, após a verificação de qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo de despacho.

**XVIII -** Para as contratações decorrentes de detalhadas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 15.315, do Decreto nº 2.002, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias (tais).

**XIX -** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**XX -** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pelo sobejo e pela segurança do cumprimento das obrigações decorrentes do contrato.

**XXI -** A presente minuta de Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico: [www.licitacoes.gov.br](http://www.licitacoes.gov.br)

**ANEXO DESEMPENHO GINTA – DO CONTEÚDO E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.**



organismo, em qualquer momento, constatar a envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, concussivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

**Parágrafo Terceiro:** Considerando os propósitos do parágrafo segundo desta Cláusula, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e aceitar que, no hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar a local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO/PROPOSTA**

I - A presente ata é oriunda do Pregão n.º 12/2025, bem como vinculada à proposta da empresa vencedora, ora CONTRATADA.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA CESSÃO/TRANSFERÊNCIA DA ATA:**

I - A DETENTORA DA ATA não poderá ceder a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e as obrigações oriundas desta, em preço e expresso consentimento do ÓRGÃO GERENCIADOR, sob pena de rescisão de pleno direito, sujeitando a inadimplência às sanções previstas nesta ata.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DESPESAS E ENCARGOS SOCIAIS:**

I - Correrá à conta da DETENTORA DA ATA todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária, incidentes sobre os serviços/prestação de objeto desta Ata.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS:**

I - A CONTRATADA deverá observar o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018 conforme segue:

II - A CONTRATADA, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei nº 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, e que inclui os dados dos clientes desta.

III - Tratar os dados pessoais e de qualquer natureza de acordo com as instruções da CONTRATANTE e em conformidade com estas cláusulas, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal esta falta imediatamente à CONTRATANTE, que terá o direito de rescindir o contrato sem qualquer ônus, multa ou encargos.

IV - Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou intencional.

V - Acusar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser fided, copiados, movidos ou acessados sem autorização expressa e por escrito da CONTRATANTE.

VI - Garantir, por si própria ou qualquer de seus empregados, prepostos, idôneos, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados, assegurando que todos os seus colaboradores prepostos, idôneos, diretores, representantes ou terceiros contratados que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da CONTRATANTE assinaram atos de Confidencialidade com a CONTRATADA, bem como a manter quaisquer Dados Pessoais estritamente confidenciais e de não os utilizar para outros fins, com exceção da prestação de serviços à CONTRATANTE. Ainda, brevidade e orientar a seu equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.

VII - Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, que direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contêm ou de outra forma reflitam referidas informações.

VII - Caso a CONTRATADA seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente a CONTRATANTE para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.

IX - A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de qualquer não cumprimento (senda que supunha) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela CONTRATADA, seus associados, ou terceiros autorizados ou qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da CONTRATADA.

X - A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CONTRATANTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer dos dispositivos previstos nesta cláusula quanto à proteção e uso dos dados pessoais.

**TERCEIRA VIGÉSIMA SEÇÃO – DOS CASOS OBRIGADOS**

I - Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor, observando-se a Lei nº 14.133/2021 e os atos dela decorrentes, bem como as disposições legais, sendo aplicadas, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito público.

**Parágrafo Único:** Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DA ABSTENÇÃO**

I - A abstenção por parte da Câmara, ora ÓRGÃO GERENCIADOR, da utilização de quaisquer direitos ou facultades que lhe assistam em razão desta ata e/ou da Lei, não importará em renúncia desses mesmos direitos ou facultades, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES:**

I - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes, da Lei nº 14.133/2021 e serão analisadas por meio de instrumento administrativo próprio.

II - Em caso de aprovação, o processo administrativo resultará na emissão de Anexo/Termo Aditivo, o qual integrará o presente instrumento contratual para todos os fins e efeitos de direito, bem como será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial/jornal de circulação local ou regional.

III - Os serviços não ajustados na presente ata, que porventura venham a ser solicitados pelo DETENTOR DA ATA, serão analisados individualmente, nos moldes expostos no inciso I, "a" desta cláusula, bem como nos termos e condições das cláusulas obrigatórias constantes do presente instrumento e respeitados os limites da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO:**

I - O ÓRGÃO GERENCIADOR providenciará a publicação do extrato da presente ata, no Diário Oficial da Câmara Municipal de Japurá/PR e/ou em jornal de circulação local ou regional, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para fins de garantia à ampla publicidade, conforme artigo 94, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA DÉCIMA – DO FÓRUM:**

I - É eleito o Foro da Câmara de Cianorte, Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta Termo da Ata, que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021. Justas e contratuais, firmam as partes este instrumento com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.

JAPURÁ, 16 de dezembro de 2025.

**CLOVIS DIAS GODOI**  
JUNIOR:0346949961

Assinado de forma digital por CLOVIS DIAS GODOI JUNIOR:0346949961  
Dados: 2025.12.17 16:34:14 -03'00'

CLOVIS DIAS GODOI JUNIOR  
Câmara Municipal de Japurá

MARLENE APARECIDA BERTOLINI  
GONCALVES:02845404  
980  
MARLENE APARECIDA BERTOLINI GONCALVES – Sôcia Administradora  
Contratada/Detentora da Ata

TESTEMUNHAS:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ**  
Paço Municipal "Manoel Peres Filho"  
Rua 100, 100-100 - Japurá, Paraná, 81211-000

PORTARIA Nº 321 / 2025

ADRIANA CRISTINA POLIZER, PREFEITA MUNICIPAL DE JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

CONSIDERANDO O CONTÍDIO NO LAUDO MÉDICO Nº 007 EMITIDO PELO MÉDICO ROSSON RAMOS, CRM 23493/PR;

CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ART. 37, § 13 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

RESOLVE

READAPTAR O SERVIDOR EMERSON RICARDO RIZATO, POR MOTIVO DE SAÚDE PELO PERÍODO DE 180 DIAS A PARTIR DE 26 DE NOVEMBRO DE 2025.

PAÇO MUNICIPAL "MANOEL PERES FILHO" DE JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ EM 16 DE DEZEMBRO DE 2025.

Adriana Cristina Polizer  
PREFEITA MUNICIPAL

Av. Brasil N.º 368, Centro, CEP 81211-000

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ**  
Paço Municipal "Manoel Peres Filho"  
Rua 100, 100-100 - Japurá, Paraná, 81211-000

PORTARIA Nº 322 / 2025

ADRIANA CRISTINA POLIZER, PREFEITA MUNICIPAL DE JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

CONSIDERANDO O CONTÍDIO NO LAUDO MÉDICO Nº 100 EMITIDO PELO MÉDICO ROSSON RAMOS, CRM 23493/PR;

CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ART. 37, § 13 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

RESOLVE

READAPTAR A SERVIDORA CLEONICE SALIDO TERRÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE PELO PERÍODO DE 180 DIAS A PARTIR DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025.

PAÇO MUNICIPAL "MANOEL PERES FILHO" DE JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ EM 16 DE DEZEMBRO DE 2025.

Adriana Cristina Polizer  
PREFEITA MUNICIPAL

Av. Brasil N.º 368, Centro, CEP 81211-000

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ**  
Paço Municipal "Manoel Peres Filho"  
Rua 100, 100-100 - Japurá, Paraná, 81211-000

PORTARIA Nº 323 / 2025

ADRIANA CRISTINA POLIZER, PREFEITA MUNICIPAL DE JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

CONSIDERANDO O CONTÍDIO NO LAUDO MÉDICO Nº 101 EMITIDO PELO MÉDICO ROSSON RAMOS, CRM 23493/PR;

CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ART. 37, § 13 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

RESOLVE

READAPTAR A SERVIDORA FERNANDA BUENO BELTRAME, POR MOTIVO DE SAÚDE PELO PERÍODO DE 120 DIAS A PARTIR DE 01 DE JANEIRO DE 2026.

PAÇO MUNICIPAL "MANOEL PERES FILHO" DE JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ EM 16 DE DEZEMBRO DE 2025.

Adriana Cristina Polizer  
PREFEITA MUNICIPAL

Av. Brasil N.º 368, Centro, CEP 81211-000

**Prefeitura Municipal de Japurá**  
e-mail: pmjapurapra@pr.gov.br - CEP: 81211-000 - CNPJ: 75.798.355/0001-77 - Japurá/PR  
Estado do Paraná

LEI Nº 049 / 2025

SÚMULA - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR ACORDO JUDICIAL NOS AUTOS DO PROCESSO Nº 0001168-05.2025.8.16.009 2º VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE CIANORTE - ESTADO DO PARANÁ, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE JAPURÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEGISLAÇÃO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E LHE SANCIONA A SEGUINTE:

L  
E  
I

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar acordo judicial nos autos do processo 0001168-05.2025.8.16.009 2º VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE CIANORTE - ESTADO DO PARANÁ, relacionado a AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, COM PEDIDO DE CONCESSÃO DE TUTELA ANTECIPADA em face de KTR BRASIL MAQUINAS E SERVIÇOS LTDA.

Art. 2º - Fica o Município de Japurá autorizado a firmar acordo, obrigando a empresa KTR BRASIL MAQUINAS E SERVIÇOS LTDA, proceda com a entrega do equipamento Pa-Corregadeira KSH08-GT, nos termos acordados e conforme descritivo técnico aprovado junto ao contrato de fornecimento nº 73/2024, vinculado ao EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2024, vinculado ao Processo Administrativo nº 19/2024, conforme TERMO DE CONVÊNIO Nº 166/2022 - SEDU - SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS, dentro do prazo de seis meses, a partir da assinatura do presente instrumento.

Art. 3º - A presente Lei autoriza o Município a não aplicar as sanções definidas no contrato de fornecimento nº 73/2024, assim como qualquer habilitação de nomea junto ao Tribunal de Contas do Paraná, com exceção à eventual suspensão do acordo aqui celebrado, que

incidirá na aplicação das sanções ora definidas, assim como na cláusula penal no importe de 30% sobre o valor do contrato de fornecimento nº 73/2024.

Art. 4º - Integra a presente lei, como anexo único, a minuta do acordo judicial a ser firmado entre as partes.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Manoel Peres Filho" de Japurá em 18 de dezembro de 2025.

Adriana Cristina Polizer  
Prefeita Municipal

**MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ**  
ESTADO DO PARANÁ  
e-mail: pmu@saomaneldoparana.pr.gov.br - site: saomaneldoparana.com.br  
CNPJ - 80.949.617/0001-43 - CEP: 81211-000

LEI Nº 036/2025

"INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO À APLICATURA E À MELIPONICULTURA - PROGRAMA MAIS MEL E AUTORIZA A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FINANCEIROS RURAIS ESTABELECIDOS NO MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ."

O Prefeito Municipal de São Manoel do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de São Manoel do Paraná, o Programa Municipal de Incentivo à Aplicatura e à Meliponicultura - PROGRAMA MAIS MEL, com o objetivo de promover a criação de abelhas e a produção de mel, propóleos e outros subprodutos, fortalecendo a agricultura com atividade econômica sustentável, visando a preservação ambiental e priorizando a agricultura familiar em parceria com o agronegócio local.

**Parágrafo Único:** Para os fins desta Lei, somente serão beneficiados por esta Lei os criadores de abelhas do gênero Apis e de abelhas nativas, denominadas geneticamente de abelhas sem ferrão ou abelhas indígenas sem ferrão.

Art. 2º São objetivos do Programa Municipal de Incentivo à Aplicatura e à Meliponicultura - PROGRAMA MAIS MEL:

I - Fortalecer a agricultura como atividade econômica sustentável e conscientizar a sociedade sobre a importância das abelhas para a economia, a saúde humana e o meio ambiente;

II - Incentivar a implantação de apiários, promovendo a multiplicação de encascas;

III - Gerar emprego e renda nas propriedades rurais, contribuindo para a fixação do homem no campo e evitando o êxodo rural;

IV - Preservar o meio ambiente por meio do incentivo à adoção de técnicas de manejo que promovam a polinização da flora local;

V - Incentivar o plantio de plantas melíferas para melhorar a alimentação das abelhas nos períodos de escassez de flores;

VI - Incentivar a implantação de pequenos apiários de abelhas sem ferrão em escolas e prédios municipais, com o objetivo de familiarizar e conscientizar alunos e a sociedade sobre a importância das abelhas para a sobrevivência humana;

VII - Promover o consumo de mel na merenda escolar e entre as famílias, por meio de campanhas e ações de conscientização;

VIII - Integrar a agricultura com a fruticultura e a hortifrutigranjeria, visando à otimização da produção agrícola;

IX - Fomentar a implantação de agrotúneis para o beneficiamento e a agregação de valor aos produtos derivados do mel produzido no Município;

X - Viabilizar parcerias com outras entidades públicas e privadas para captar investimentos e promover o desenvolvimento dos projetos aplicados;

XI - Promover e estimular a pesquisa para o desenvolvimento de novas tecnologias de manejo de polinizadores, visando ao aumento da produtividade, da qualidade do valor agregado e à manutenção da biodiversidade;

XII - Integrar a agricultura e a meliponicultura aos programas e projetos que envolvam o estudo e uso do serviço ecológico da polinização;

XIII - Apoiar o comércio interno e externo de produtos e serviços apícolas e meliponícolas;

XIV - Promover o uso de boas práticas na produção e no processamento de produtos apícolas e meliponícolas;

XV - Inibirir o comércio de produtos que afetem a origem e a qualidade de produtos e serviços apícolas e meliponícolas, em conformidade com as normas sanitárias vigentes.

Art. 3º A concessão de incentivos aos produtores rurais participantes do Programa Mais Mel correrá por meio da doação de materiais e equipamentos essenciais à atividade, incluindo, mas não se limitando a:

I - Caixas de ninho e melgueiras para a instalação de colmeias;

II - Vestuário de proteção individual (EPI);

III - Fumigadores;

**Parágrafo Único:** O Município poderá firmar convênios, termos de cooperação ou parcerias com entidades de pesquisa, órgãos governamentais e associações de produtores para a doação de insumos adicionais e a capacitação técnica dos beneficiários.

Art. 4º Serão considerados beneficiários do Programa Mais Mel os produtores rurais estabelecidos no Município de São Manoel do Paraná que atenderem aos seguintes critérios:

I - Estar devidamente cadastrado no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) ou possuir declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP);

II - Possuir propriedade rural no Município e dispor de área adequada para a instalação e o manejo dos apiários, em conformidade com as normas ambientais;

III - Participar de cursos de capacitação técnica, boas práticas de manejo e segurança fornecidos ou indicados pelo Município;

IV - Comprometer-se a manter a atividade de aplicação ou meliponicultura por, no mínimo, 3 (três) anos, a contar da doação dos equipamentos;

V - Respeitar as normas de manejo de abelhas estabelecidas pelos órgãos competentes.

**Parágrafo Único:** O Executivo Municipal, por meio da Secretaria de Agricultura, elaborará o regulamento do Programa Mais Mel, definindo o processo de seleção dos beneficiários, a quantidade de materiais a serem doados e as demais disposições necessárias para a sua execução.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "13 de Setembro", São Manoel do Paraná, 17 de dezembro de 2025.

VITOR HUGO RODRIGUES  
Prefeito Municipal

**MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ**  
ESTADO DO PARANÁ  
e-mail: pmu@saomaneldoparana.pr.gov.br - site: saomaneldoparana.com.br  
CNPJ - 80.949.617/0001-43 - CEP: 81211-000

LEI Nº 036/2025

"Dispõe sobre a criação e a regulamentação do Programa Municipal de Apoio e Inclusão com Emprego de Equipamentos Hospitalares (PAI-EH) para Pessoas com Deficiência em Situação de Vulnerabilidade Social no Município de São Manoel do Paraná e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de São Manoel do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

**CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E OBJETIVOS**

Art. 1º Fica criado, no âmbito do Município de São Manoel do Paraná, o Programa Municipal de Apoio e Inclusão com Emprego de Equipamentos Hospitalares (PAI-EH), com o objetivo de garantir apoio, conforto e segurança às Pessoas com Deficiência (PcD) em situação de Vulnerabilidade Social que necessitam de cuidados domiciliares, visando a inclusão, a dignidade e a melhoria da qualidade de vida.

Art. 2º O PAI-EH será coordenado, acompanhado e gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SEASAP), a qual será responsável por:

I - Gestão do cadastro e banco de dados dos beneficiários e dos equipamentos;

II - Avaliação socioeconômica e concessão do benefício;

III - Controle, gestão, logística de empréstimo e recolhimento dos equipamentos;

IV - Articulação com a Secretaria Municipal de Saúde para a manutenção e orientações técnicas de uso dos equipamentos;

Art. 3º Poderão ser disponibilizados, no âmbito do Programa, os seguintes equipamentos hospitalares, sem prejuízo de outros que venham a ser incorporados conforme necessidade e disponibilidade orçamentária:

I - Cadeira de rodas motorizada;

II - Cadeira de rodas manual (padrão e adaptada);

III - Cadeira de banho (higiénica);

IV - Muletas (axilares e canadenses);

V - Andador;

VI - Cama hospitalar (manual ou elétrica);

VII - Colchão pneumático ou d'água (antiscaras);

**CAPÍTULO II - DOS CRITÉRIOS DE CONCESSÃO E REGRAS DE USO**

Art. 4º A concessão do benefício de empréstimo de equipamento se dará mediante o atendimento cumulativo dos seguintes critérios de concessão:

I - Ser Pessoa com Deficiência (PcD) com mobilidade reduzida ou impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial;

II - Residir comprovadamente no Município de São Manoel do Paraná há, no mínimo, 01 (um) ano;

III - Estar em situação de Vulnerabilidade Social e risco, comprovada por meio de:

a) Inscrição no Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais do Governo Federal, com renda familiar per capita igual ou inferior a um salário mínimo;

b) Avaliação Socioeconômica realizada por Assistente Social da SEMAS, que comprove a necessidade e a condição de vulnerabilidade;

IV - Apresentar Laudo Médico detalhado, emitido por profissional do Sistema Único de Saúde (SUS) ou convênio, que ateste a necessidade específica do equipamento solicitado e o tempo estimado de uso;

Art. 5º O prazo inicial de empréstimo será de até 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por períodos iguais ou menores, mediante reavaliação socioassistencial e médica, se for o caso;

Art. 6º O beneficiário ou seu responsável legal deverá assinar um Termo de Responsabilidade e Compromisso no ato do recebimento, comprometendo-se a:

I - Zelar pela conservação e bom uso do equipamento;

II - Utilizar o equipamento exclusivamente para o fim a que se destina;

III - Comunicar à SEMAS, de imediato, qualquer alteração na condição de saúde que torne o equipamento desnecessário ou inadequado;

IV - Permitir o acompanhamento e a visita da equipe técnica da SEMAS ou da Saúde, quando solicitados;

V - Devolver o equipamento ao final do prazo de empréstimo, ou em caso de perda do benefício, nas mesmas condições de recebimento, ressalvado o desgaste natural decorrente do uso normal;

**CAPÍTULO III - DA PERDA E REVOGAÇÃO DO BENEFÍCIO**

Art. 7º O empréstimo do equipamento será automaticamente revogado e o beneficiário perderá o direito ao uso nos seguintes casos:

I - Comprovação de falecimento do beneficiário;

II - Mudança de residência para fora do Município de São Manoel do Paraná;

III - Constatação, por meio de reavaliação médica ou socioassistencial, de que o equipamento não é mais necessário ou que o estado de saúde do beneficiário não se enquadra mais nos critérios do Programa;

IV - Não devolução do equipamento após o término do prazo estabelecido e notificação oficial;

Art. 8º O beneficiário perderá o benefício de forma temporária ou definitiva, mediante decisão fundamentada da SEMAS, garantido o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I - Comprovação de mau uso, negligência ou dano intencional ao equipamento;

II - Tentativa ou efetiva venda, aluguel ou empréstimo do equipamento a terceiros;

III - Prestação de informações falsas ou omissão de dados relevantes para a concessão ou manutenção do benefício;

IV - Recusa injustificada em permitir a reavaliação ou o acompanhamento da equipe técnica;

**Parágrafo Único:** Em caso de perda, roubo ou dano irreparável do equipamento decorrente de negligência ou mau uso comprovado, o beneficiário ou seu responsável legal poderá ser responsabilizado pela reposição do bem ou ressarcimento do valor atualizado, conforme previsto no Termo de Responsabilidade;

**CAPÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 9º A SEMAS manterá cadastro atualizado dos beneficiários e dos equipamentos, o qual deverá ser atualizado e conter dados como tipo de equipamento, número de série, data de empréstimo e previsão de devolução;

Art. 10. O Poder Executivo poderá firmar parcerias com a Secretaria Municipal de Saúde, entidades públicas e privadas, associações e demais instituições para viabilizar a aquisição, manutenção, assistência técnica e ampliação do acervo de equipamentos destinados ao Programa;

Art. 11. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Assistência Social, suplementadas se necessário;

Art. 12. O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei no que for necessário, detalhando os fluxos, procedimentos de avaliação, notificação e devolução;

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "13 de Setembro", São Manoel do Paraná, 17 de dezembro de 2025.

VITOR HUGO RODRIGUES  
Prefeito Municipal

**MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ**  
ESTADO DO PARANÁ  
e-mail: pmu@saomaneldoparana.pr.gov.br - site: saomaneldoparana.com.br  
CNPJ - 80.949.617/0001-43 - CEP: 81211-000

TERMO DE ANULAÇÃO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 068/2025

O MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ - PR, com sede na Praça da Paraná, nº 50, Centro, no cidade de São Manoel do Paraná - Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 80.949.617/0001-43, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor VITOR HUGO RODRIGUES, rubrica de cópia de identidade RG nº 813.125-5 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 083.195.709-08, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, resolveu anular o Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 068/2025 - PMSEMP com a empresa INSTITUTO ESPERANÇA CASA LAR, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.168.581/0001-06, com sede na R.008, KM 01, s/n, Área Rural de Campo Mourão, CEP 81.214-899, Município de Campo Mourão - PR, representada pelo Senhor ADRIANO FERNANDES RODRIGUES RODRIGUES, rubrica de cópia de identidade RG nº 373.368.394-5 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 073.368.394-5;

CONSIDERANDO que o Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 068/2025, celebrado em 17 de dezembro de 2025, sob o fundamento de necessidade de continuidade do acervo institucional de crianças expostas, em razão de determinação judicial vigente à época da assinatura do contrato, resolveu anular o Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 068/2025, considerando que a manutenção do contrato, diante da inexistência do objeto, configura dano ao erário e enriquecimento sem causa do contratado, em afronta aos princípios de legalidade, economicidade, eficiência e interesse público;

CONSIDERANDO a anulação expedida pela Procuradoria Jurídica do Município, constante em memorando juntado aos autos do PJD nº 27/2025;

CONSIDERANDO o disposto no art. 71, inciso II e § 1º, da Lei nº 14.133/2021, bem como o entendimento consolidado no Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal;

**RESOLVO:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ANULAÇÃO**

1 - A presente Lei, por meio de ato de interesse público, anula o Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 068/2025 - PMSEMP, celebrado com a empresa INSTITUTO ESPERANÇA CASA LAR, e a rescisão de quanta aos gerentes, logo que cessou a finalidade que deu causa à formalização do objeto;

CONSIDERANDO que a rescisão judicial constitui fato superveniente que anula o objeto do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 068/2025;

CONSIDERANDO que a manutenção do contrato, diante da inexistência do objeto, configura dano ao erário e enriquecimento sem causa do contratado, em afronta aos princípios de legalidade, economicidade, eficiência e interesse público;

CONSIDERANDO a anulação expedida pela Procuradoria Jurídica do Município, constante em memorando juntado aos autos do PJD nº 27/2025;

CONSIDERANDO o disposto no art. 71, inciso II e § 1º, da Lei nº 14.133/2021, bem como o entendimento consolidado no Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal;

**RESOLVO:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ANULAÇÃO**

1 - A presente Lei, por meio de ato de interesse público, anula o Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 068/2025 - PMSEMP, celebrado com a empresa INSTITUTO ESPERANÇA CASA LAR, e a rescisão de quanta aos gerentes, logo que cessou a finalidade que deu causa à formalização do objeto;

CONSIDERANDO que a rescisão judicial constitui fato superveniente que anula o objeto do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 068/2025;

CONSIDERANDO que a manutenção do contrato, diante da inexistência do objeto, configura dano ao erário e enriquecimento sem causa do contratado, em afronta aos princípios de legalidade, economicidade, eficiência e interesse público;

CONSIDERANDO a anulação expedida pela Procuradoria Jurídica do Município, constante em memorando juntado aos autos do PJD nº 27/2025;

CONSIDERANDO o disposto no art. 71, inciso II e § 1º, da Lei nº 14.133/2021, bem como o entendimento consolidado no Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal;

**RESOLVO:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ANULAÇÃO**

1 - A presente Lei, por meio de ato de interesse público, anula o Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 068/2025 - PMSEMP, celebrado com a empresa INSTITUTO ESPERANÇA CASA LAR, e a rescisão de quanta aos gerentes, logo que cessou a finalidade que deu causa à formalização do objeto;

CONSIDERANDO que a rescisão judicial constitui fato superveniente que anula o objeto do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 068/2025;

CONSIDERANDO que a manutenção do contrato, diante da inexistência do objeto, configura dano ao erário e enriquecimento sem causa do contratado, em afronta aos princípios de legalidade, economicidade, eficiência e interesse público;

CONSIDERANDO a anulação expedida pela Procuradoria Jurídica do Município, constante em memorando juntado aos autos do PJD nº 27/2025;

CONSIDERANDO o disposto no art. 71, inciso II e § 1º, da Lei nº 14.133/2021, bem como o entendimento consolidado no Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal;

**RESOLVO:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ANULAÇÃO**

1 - A presente Lei, por meio de ato de interesse público, anula o Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 068/2025 - PMSEMP, celebrado com a empresa INSTITUTO ESPERANÇA CASA LAR, e a rescisão de quanta aos gerentes, logo que cessou a finalidade que deu causa à formalização do objeto;

CONSIDERANDO que a rescisão judicial constitui fato superveniente que anula o objeto do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 068/2025;

CONSIDERANDO que a manutenção do contrato, diante da inexistência do objeto, configura dano ao erário e enriquecimento sem causa do contratado, em afronta aos princípios de legalidade, economicidade, eficiência e interesse público;

CONSIDERANDO a anulação expedida pela Procuradoria Jurídica do Município, constante em memorando juntado aos autos do PJD nº 27/2025;

CONSIDERANDO o disposto no art. 71, inciso II e § 1º, da Lei nº 14.133/2021, bem como o entendimento consolidado no Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal;

**RESOLVO:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ANULAÇÃO**

1 - A presente Lei, por meio de ato de interesse público, anula o Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 068/2025 - PMSEMP, celebrado com a empresa INSTITUTO ESPERANÇA CASA LAR, e a rescisão de quanta aos gerentes, logo que cessou a finalidade que deu causa à formalização do objeto;

CONSIDERANDO que a rescisão judicial constitui fato superveniente que anula o objeto do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 068/2025;

CONSIDERANDO que a manutenção do contrato, diante da inexistência do objeto, configura dano ao erário e enriquecimento sem causa do contratado, em afronta aos princípios de legalidade, economicidade, eficiência e interesse público;

CONSIDERANDO a anulação expedida pela Procuradoria Jurídica do Município, constante em memorando juntado aos autos do PJD nº 27/2025;

CONSIDERANDO o disposto no art. 71, inciso II e § 1º, da Lei nº 14.133/2021, bem como o entendimento consolidado no Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal;

**RESOLVO:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ANULAÇÃO**

1 - A presente Lei, por meio de ato de interesse público, anula o Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 068/2025 - PMSEMP, celebrado com a empresa INSTITUTO ESPERANÇA CASA LAR, e a rescisão de quanta aos gerentes, logo que cessou a finalidade que deu causa à formalização do objeto;

CONSIDERANDO que a rescisão judicial constitui fato superveniente que anula o objeto do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 068/2025;

CONSIDERANDO que a manutenção do contrato, diante da inexistência do objeto, configura dano ao erário e enriquecimento sem causa do contratado, em afronta aos princípios de legalidade, economicidade, eficiência e interesse público;

CONSIDERANDO a anulação expedida pela Procuradoria Jurídica do Município, constante em memorando juntado aos autos do PJD nº 27/2025;

CONSIDERANDO o disposto no art. 71, inciso II e § 1º, da Lei nº 14.133/2021, bem como o entendimento consolidado no Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal;

**RESOLVO:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ANULAÇÃO**

1 - A presente Lei, por meio de ato de interesse público, anula o Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 068/2025 - PMSEMP, celebrado com a empresa INSTITUTO ESPERANÇA CASA LAR, e a rescisão de quanta aos gerentes, logo que cessou a finalidade que deu causa à formalização do objeto;

CONSIDERANDO que a rescisão judicial constitui fato superveniente que anula o objeto do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 068/2025;

CONSIDERANDO que a manutenção do contrato, diante da inexistência do objeto, configura dano ao erário e enriquecimento sem causa do contratado, em afronta aos princípios de legalidade, economicidade, eficiência e interesse público;

CONSIDERANDO a anulação expedida pela Procuradoria Jurídica do Município, constante em memorando juntado aos autos do PJD nº 27/2025;

CONSIDERANDO o disposto no art. 71, inciso II e § 1º, da Lei nº 14.133/2021, bem como o entendimento consolidado no Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal;

**RESOLVO:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ANULAÇÃO**

1 - A presente Lei, por meio de ato de interesse público, anula o Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 068/2025 - PMSEMP, celebrado com a empresa INSTITUTO ESPERANÇA CASA LAR, e a rescisão de quanta aos gerentes, logo que cessou a finalidade que deu causa à formalização do objeto;

CONSIDERANDO que a rescisão judicial constitui fato superveniente que anula o objeto do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 068/2025;

CONSIDERANDO que a manutenção do contrato, diante da inexistência do objeto, configura dano ao erário e enriquecimento sem causa do contratado, em afronta aos princípios de legalidade, economicidade, eficiência e interesse público;

CONSIDERANDO a anulação expedida pela Procuradoria Jurídica do Município, constante em memorando juntado aos autos do PJD nº 27/2025;

CONSIDERANDO o disposto no art. 71, inciso II e § 1º, da Lei nº 14.133/2021, bem como o entendimento consolidado no Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal;

**RESOLVO:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ANULAÇÃO**

1 - A presente Lei, por meio de ato de interesse público, anula o Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 068/2025 - PMSEMP, celebrado com a empresa INSTITUTO ESPERANÇA CASA LAR, e a rescisão de quanta aos gerentes, logo que cessou a finalidade que deu causa à formalização do objeto;

CONSIDERANDO que a rescisão judicial constitui fato superveniente que anula o objeto do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 068/2025;

CONSIDERANDO que a manutenção do contrato, diante da inexistência do objeto, configura dano ao erário e enriquecimento sem causa do contratado, em afronta aos princípios de legalidade, economicidade, eficiência e interesse público;

CONSIDERANDO a anulação expedida pela Procuradoria Jurídica do Município, constante em memorando juntado aos autos do PJD nº 27/2025;

CONSIDERANDO o disposto no art. 71, inciso II e § 1º, da Lei nº 14.133/2021, bem como o entendimento consolidado no Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal;

**RESOLVO:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ANULAÇÃO**

1 - A presente Lei, por meio de ato de interesse público, anula o Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 068/2025 - PMSEMP, celebrado com a empresa INSTITUTO ESPERANÇA CASA LAR, e a rescisão de quanta aos gerentes, logo que cessou a finalidade que deu causa à formalização do objeto;

CONSIDERANDO que a rescisão judicial constitui fato superveniente que anula o objeto do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 068/2025;

CONSIDERANDO que a manutenção do contrato, diante da inexistência do objeto, configura dano ao erário e enriquecimento sem causa do contratado, em afronta aos princípios de legalidade, economicidade, eficiência e interesse público;

CONSIDERANDO a anulação expedida pela Procuradoria Jurídica do Município, constante em memorando juntado aos autos do PJD nº 27/2025;

CONSIDERANDO o disposto no art. 71, inciso II e § 1º, da Lei nº 14.133/2021, bem como o entendimento consolidado no Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal;

**RESOLVO:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ANULAÇÃO**

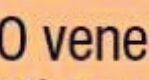
1 - A presente Lei, por meio de ato de interesse público, anula o Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 068/2025 - PMSEMP, celebrado com a empresa INSTITUTO ESPERANÇA CASA LAR, e a rescisão de quanta aos gerentes, logo que cessou a finalidade que deu causa à formalização do objeto;

CONSIDERANDO que a rescisão judicial constitui fato superveniente que anula o objeto do Segundo


## O ESCORPIÃO AMARELO

O **veneno** age no **sistema nervoso**. A picada é extremamente dolorosa e a dor se dispersa por todo o corpo. O veneno incide sobre uma região do encéfalo que controla os movimentos respiratórios e cardíacos, o que pode fazer com que a vítima morra por **parada respiratória**

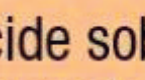
### O Aracnídeo (Tityus Serrulatus)




Mede até **7 cm** de comprimento




Possui as pernas e a cauda amarelo-claro e o tronco escuro



Pode viver até **10 anos**




**Ataca** ao sentir-se ameaçado



Tem dois partos com média de **20 filhotes** por ano

### Atenção

Em **caso de acidente**, não "sugar" o veneno, não fazer torniquete, incisões ou cutucar o local. Deve-se procurar um médico e, sempre que possível, levar o escorpião junto





**Demonstrativo IV** - Evolução do Patrimônio Líquido;  
**Demonstrativo V** - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;  
**Demonstrativo VI** - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;  
**Demonstrativo VII** - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e  
**Demonstrativo VIII** - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.  
**Parágrafo Único.** Os Demonstrativos referidos neste artigo, serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

#### METAS ANUAIS

**Art. 5º** Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Demonstrativo I - Metas Anuais é elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2026 e para os 02 (dois) seguintes.

§ 1º Os valores correntes dos exercícios de 2026, 2027 e 2028 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

§ 2º Os valores da coluna "% PIB" são calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100 (cem).

#### AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

**Art. 6º** Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

#### METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

**Art. 7º** De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos 03 (três) Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, está instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos 03 (três) exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

**Parágrafo único.** Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

#### EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**Art. 8º** Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

**Parágrafo Único.** O Demonstrativo apresenta em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

#### ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

**Art. 9º** O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da evolução do patrimônio líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser realcados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos estabelece onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

#### AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

**Art. 10.** Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deve conter a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Municipais, nos 03 (três) últimos exercícios. O Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS, segundo a Portaria nº 2.057/2025 - STN, deve conter o comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias e Financeiras, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

#### ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

**Art. 11.** A compensação estabelecida no § 2º, inciso V, do Art. 4º da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deve conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

§ 1º A renúncia compreende Incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, oriundos da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

#### MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

**Art. 12.** O Art. 17 da LRF considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a 02 (dois) exercícios.

**Parágrafo Único.** O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

#### MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

#### METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

**Art. 13.** O § 2º, inciso II, do Art. 4º da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos 03 (três) exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

**Parágrafo único.** De conformidade com a Portaria nº 2.057/2025 - STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das prévistos para 2026, 2027 e 2028.

#### METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.

**Art. 14.** A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não financeiras são capazes de suportar as despesas não financeiras.

**Parágrafo único.** O cálculo da Meta de Resultado Primário deve obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN, e às normas da contabilidade pública.

#### METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL

**Art. 15.** O cálculo do Resultado Nominal deve obedecer à metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

**Parágrafo único.** O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal deve levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deve ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resulta na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, totalizando a Dívida Fiscal Líquida.

#### METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

**Art. 16.** Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta é representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

**Parágrafo único.** Utiliza a base de dados de Balanços e Balançotes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2026, 2027 e 2028.

#### II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

**Art. 17.** As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2026 estão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2026 a 2029, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2026 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2026, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

#### III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

**Art. 18.** O orçamento para o exercício financeiro de 2026 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

**Art. 19.** A Lei Orçamentária para 2026 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas às despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias nº 42, de 14 de abril de 1990 e 163, de 04 de maio de 2001 e alterações posteriores, as quais deverão conter os Anexos exigidos nas Portarias da STN.

**Art. 20.** A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação vigente.

#### IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

**Art. 21.** O Orçamento para exercício de 2026 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas abrangendo o Poder Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 da LRF).

**Art. 22.** Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2026 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos 03 (três) exercícios e a projeção para os 02 (dois) seguintes (art. 12 da LRF).

**Parágrafo único.** Até 30 (trinta) dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal poderá colocar à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

**Art. 23.** Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo, de forma proporcional às suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;  
II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;  
III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e  
IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

**Parágrafo único.** Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação, ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado

financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

**Art. 24.** As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2026, poderão ser expandidas em até 5% (cinco por cento), tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2025 (art. 4º, § 2º da LRF), conforme demonstrado em Anexo desta Lei.

**Art. 25.** Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

**Parágrafo único.** Os Riscos Fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com os valores destinados à Reserva de Contingência, bem como, os recursos constantes no artigo 43 da Lei Federal nº. 4320 de 17 de março de 1964.

**Art. 26.** Caso seja necessária à limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para cumprimento ao disposto no artigo 2º da LRF, serão fixados em ato próprio os limites de empenho podendo definir percentuais específicos ou montantes estabelecidos para cada Órgão, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

**Art. 27.** O Orçamento para o exercício de 2026 destinará recursos para a Reserva de Contingência, não superiores a 3% (três por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas. (art. 5º, III da LRF).

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares, conforme disposto na Portaria MOG nº 42, de 14 de abril de 1999, art. 5º e Portaria STN nº 163 de 04 de maio de 2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 31 de outubro de 2026, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornarem insuficientes.

§ 3º Na ação "Reserva de Contingência", será provisionado o valor para a cobertura das emendas impositivas da Lei Orçamentária Anual – LOA.

**Art. 28.** Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão (art. 5º, § 5º da LRF).

**Art. 29.** O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

**Art. 30.** Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2026 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 5º, 1 da LRF).

**Art. 31.** A renúncia de receita estimada para o exercício de 2026, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

**Art. 32.** O Executivo Municipal poderá conceder recursos financeiros às entidades que realizem ações, projetos e programas em parceria com o Município, a título de subvenções sociais e contribuições, que atuam nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, turismo, meio ambiente, esporte, saneamento e incentivo ao comércio e indústria para atendimento de despesas de custeio e capital, conforme disposto no § 3º do artigo 12 e nos artigos 16 e 17 da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, que atendam as seguintes exigências:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita e continuada;  
II - possuam título de utilidade pública;  
III - atendam aos dispositivos das Leis n.ºs 13.019 de 31/07/2014 e 13.204 de 14/12/2015 (marco regulatório do terceiro setor), onde couber.

**Art. 33.** A transferência de recursos do Tesouro Municipal para concessão de auxílios, doações e contribuições financeiras a entidades privadas, beneficiará aquelas de caráter educativo, assistencial, social, recreativo, cultural, saúde, esportivo, segurança, meio ambiente, saneamento, geração de emprego e renda e incentivo ao comércio e indústria, voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

**Parágrafo único.** As entidades beneficiadas com repasses municipais deverão realizar a Prestação de Contas dos recursos recebidos, conforme legislação específica (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal - CF).

**Art. 34.** Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

**Parágrafo único.** Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no Exercício Financeiro de 2025, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixados na Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, bem como, atualizações legais posteriores.

**Art. 35.** As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

**Art. 36.** Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

**Art. 37.** A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2026 a preços correntes.

**Art. 38.** A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163 de 04 de maio de 2001.

**Parágrafo único.** A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da CF), até o limite de 10% (dez por cento) do valor total orçado.

**Art. 39.** Durante a execução orçamentária de 2026, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades daquele exercício (art. 167, I da CF).

**Art. 40.** O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

**Parágrafo único.** Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas fiscais realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

**Art. 41.** Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrem a Lei Orçamentária de 2026 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas fiscais estabelecidas (art. 4º, "i", "e" da LRF).

#### V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

**Art. 42.** A Lei Orçamentária de 2026 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até o limite estabelecido por Resolução do Senado Federal.

**Art. 43.** A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, § 1º, I da LRF).

**Art. 44.** Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

#### VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

**Art. 45.** O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2026, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observado os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da CF).

§ 1º Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2026.

§ 2º O Executivo Municipal, mediante Lei, poderá alterar a data base para reajuste do funcionalismo municipal, inclusive das autarquias e entidades.

**Art. 46.** Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da CF, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2026, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2025, acrescida de 5% (cinco por cento), obedecida o limites prudencial de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

**Art. 47.** Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

**Art. 48.** O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;  
II - eliminação das despesas com horas extras;  
III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;  
IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

**Art. 49.** Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

**Parágrafo único.** Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

#### VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

**Art. 50.** O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária, com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos 02 (dois) subsequentes (art. 14 da LRF).

**Art. 51.** Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

**Art. 52.** O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

**Art. 63.** O Imposto Predial e Territorial Urbano de 2026 poderá ter desconto de até 10% (dez por cento) do valor lançado, para pagamento à vista, até 10 de abril de 2026 e 5% (cinco por cento) para pagamento à vista, até 11 de maio de 2026, podendo ser alterado por Ato Legal do Poder Executivo.

**Parágrafo único.** O pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano de 2026 poderá ser feito em até 06 (seis) parcelas mensais, com vencimento da primeira parcela a partir de 11 de maio de 2026, podendo ser alterado conforme "caput" deste artigo.

#### VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 54.** O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º Se o projeto da lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2026, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

**Art. 55.** Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência financeira.

**Art. 56.** Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos 04 (quatro) meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 57.** Fica a Administração Pública Municipal autorizada a realizar Parcerias Público-privadas, mediante autorização em lei específica, seguindo os critérios estabelecidos na Lei nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004.

**Art. 58.** O Executivo Municipal está autorizado a firmar convênios e emendas parlamentares com os Governos Federal e Estadual, através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização do objeto acordado, de competência ou não do Município.

**Art. 59.** Fica a administração pública municipal autorizada, mediante lei específica, a alterar o valor do Cartão Alimentação, aos servidores públicos do município de Jussara, Estado do Paraná.

**Art. 60.** O regime de aprovação e execução das emendas impositivas ao Projeto de Lei Orçamentária de que tratam os §§ 9º ao 18, do art. 166 da Constituição Federal, atenderão ao disposto neste Capítulo.

**Art. 61.** É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma equitativa, das programações decorrentes de emendas individuais aprovadas ao Projeto de Lei Orçamentária, observado, na execução, o limite estabelecido no § 11 do art. 166 da Constituição Federal.

§ 1º Considera-se execução equitativa a execução das programações que atenda de forma igualitária e impessoal as emendas apresentadas, independentemente da autoria.

§ 2º A obrigatoriedade de execução orçamentária e financeira de que trata o caput deste artigo compreende, cumulativamente, o empenho e o pagamento, observado o disposto no § 16 do art. 166 da Constituição Federal.

§ 3º Se, durante o exercício financeiro de 2026, for verificada frustração de receitas, a execução orçamentária das programações orçamentárias das emendas individuais poderá ser reduzida na mesma proporção.

§ 4º A garantia de execução de que trata o caput deste artigo, aplica-se também às programações incluídas por todas as emendas de iniciativa de bancada de parlamentares, no montante de até 1% (um por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, conforme estabelecido no art. 127, § 9º da Lei Orgânica Municipal, com redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 01, de 21 de junho de 2023.

**Art. 62.** Para fins de atendimento do valor das emendas impositivas, será provisionado o percentual de 3% (três por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior, junto à reserva de contingência.

§ 1º Para fins de cálculo do valor da receita corrente líquida de que trata o caput deste artigo, considerar-se-á a metodologia estabelecida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná ou a norma que lhe for superveniente.

§ 2º O valor do limite para apresentação das emendas individuais por autor será obtido a partir da divisão do montante estabelecido no caput pelo número máximo de vereadores, admitido pela Constituição Federal.

§ 3º É



MUNICIPIO DE JUSSARA  
Estado do Paraná

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS  
I a - RECEITAS  
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF  
2026  
Consolidado

Receitas Correntes		
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	64.584.717,83	
2024	70.027.989,45	108,43
2025	57.865.364,50	82,63
2026	76.454.564,36	132,12
2027	82.033.010,88	107,30
2028	86.798.497,26	105,81

Nota:

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	4.808.899,62	
2024	5.416.398,59	112,63
2025	7.246.836,00	133,79
2026	9.648.200,00	133,14
2027	10.373.425,00	107,52
2028	10.787.590,00	103,99

Nota:

Contribuições

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	2.653.090,75	
2024	2.913.114,50	109,80
2025	2.305.276,50	79,13
2026	3.436.366,06	149,07
2027	3.656.173,37	106,40
2028	3.868.805,83	105,82

Nota:

Receita Patrimonial

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	2.558.790,76	
2024	1.994.549,93	77,95
2025	721.683,00	36,18
2026	1.786.373,30	247,53
2027	2.027.685,51	113,51
2028	2.118.462,43	104,48

Nota:

Aplicações Financeiras

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	2.547.452,66	
2024	1.968.662,28	77,28
2025	690.493,00	35,07
2026	1.752.473,30	253,80
2027	1.992.991,51	113,72
2028	2.082.874,43	104,51

Nota:

Outras Receitas Patrimoniais

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	11.338,10	
2024	25.887,65	228,32
2025	31.190,00	120,48
2026	33.900,00	108,69
2027	34.694,00	102,34
2028	35.588,00	102,58

Nota:

Receita de Serviços

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	2.443.731,09	
2024	2.711.278,38	110,95
2025	2.850.550,00	105,14
2026	3.508.200,00	123,07
2027	3.683.583,00	105,00
2028	3.868.326,00	105,02

Nota:

Transferências Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	51.473.273,67	
2024	55.222.402,53	107,28
2025	43.871.481,00	79,45
2026	57.535.600,00	131,15
2027	61.725.254,00	107,28
2028	65.560.278,00	106,21

Demais Receitas Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	646.931,94	
2024	1.770.245,52	273,64
2025	869.538,00	49,12
2026	539.825,00	62,08
2027	566.890,00	105,01
2028	595.035,00	104,96

Nota:

Receitas Correntes Restantes

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	646.931,94	
2024	1.770.245,52	273,64
2025	869.538,00	49,12
2026	539.825,00	62,08
2027	566.890,00	105,01
2028	595.035,00	104,96

Nota:

Receitas de Capital

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	6.842.182,42	
2024	4.010.255,05	58,61
2025	67.630,00	1,69
2026	85.000,00	125,68
2027	89.250,00	105,00
2028	93.650,00	104,93

Nota:

Alienação de Bens

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	424.144,20	
2024	206.474,15	48,68
2025	67.630,00	32,75
2026	85.000,00	125,68
2027	89.250,00	105,00
2028	93.650,00	104,93

Nota:

Transferências de Capital

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	6.418.038,22	
2024	3.803.780,90	59,27
2025	0,00	0,00
2026	0,00	0,00
2027	0,00	0,00
2028	0,00	0,00

Receitas Correntes - IntraOrçamentária

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	4.190.162,94	
2024	4.798.111,49	114,51
2025	4.070.005,50	84,83
2026	6.414.435,64	157,60
2027	8.151.739,12	127,08
2028	8.442.852,74	103,57

Contribuições

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	2.244.819,66	
2024	2.434.326,67	108,44
2025	1.590.755,50	65,35
2026	2.744.391,35	172,52
2027	2.881.610,90	105,00
2028	3.025.691,46	105,00

Receita de Serviços

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	395.558,26	
2024	458.784,82	115,98
2025	464.000,00	101,14
2026	702.448,82	151,39
2027	737.571,28	105,00
2028	774.449,83	105,00

Nota:

Outras Receitas Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	1.549.785,02	
2024	1.905.000,00	122,92
2025	2.015.250,00	105,79
2026	2.967.595,47	147,26
2027	4.532.556,94	152,73
2028	4.642.711,45	102,43



MUNICIPIO DE JUSSARA  
Estado do Paraná

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS  
II - DESPESAS  
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF  
2026  
Consolidado

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2023	2024		2025	2026	2028
DESPESAS CORRENTES (I)	55.353.648,45	61.827.267,81	58.285.528,10	76.371.725,41	83.391.712,87	88.132.146,70
Pessoal e Encargos Sociais	30.926.827,15	33.980.569,16	32.500.850,50	43.085.616,60	46.782.811,85	49.323.113,07
Juros e Encargos da Dívida	136.222,42	110.893,04	145.000,00	125.000,00	150.000,00	120.000,00
Outras Despesas Correntes	24.290.598,88	27.735.805,61	25.639.677,60	33.161.108,81	36.458.901,02	38.689.033,63
DESPESAS DE CAPITAL (II)	4.413.193,11	11.124.667,13	2.983.086,89	4.089.297,00	4.264.661,00	4.454.345,85
Investimentos	3.894.916,07	10.736.657,04	2.583.084,89	3.177.296,00	3.331.660,00	3.609.484,50
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	518.277,04	388.010,09	400.002,00	912.001,00	933.001,00	844.861,35
RESERVA DE CONTINGENCIA (III)	0,00	0,00	734.385,01	2.492.977,59	2.617.626,13	2.748.507,45
TOTAL(IV)=(I+II+III)	59.766.841,56	72.951.934,94	62.003.000,00	82.954.000,00	90.274.000,00	95.335.000,00

JUSSARA - 23 de setembro de 2025

Comentários

-



MUNICIPIO DE JUSSARA  
Estado do Paraná

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS  
II a - DESPESA  
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF  
Consolidado

DESPESAS CORRENTES

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	55.353.648,45	
2024	61.827.267,81	111,70
2025	58.285.528,10	94,27
2026	76.371.725,41	131,03
2027	83.391.712,87	109,19
2028	88.132.146,70	105,68

Nota:

Pessoal e Encargos Sociais

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	30.926.827,15	
2024	33.980.569,16	109,87
2025	32.500.850,50	95,65
2026	43.085.616,60	132,57
2027	46.782.811,85	108,58
2028	49.323.113,07	105,43

Nota:

Juros e Encargos da Dívida

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	136.222,42	
2024	110.893,04	81,41
2025	145.000,00	130,76
2026	125.000,00	86,21
2027	150.000,00	120,00
2028	120.000,00	80,00

Nota:

Outras Despesas Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	24.290.598,88	
2024	27.735.805,61	114,18
2025	25.639.677,60	92,44
2026	33.161.108,81	129,34
2027	36.458.901,02	109,94
2028	38.689.033,63	106,12

Nota:

DESPESAS DE CAPITAL

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	4.413.193,11	
2024	11.124.667,13	252,08
2025	2.983.086,89	26,82
2026	4.089.297,00	137,08
2027	4.264.661,00	104,29
2028	4.454.345,85	104,45

Nota:

Investimentos

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	3.894.916,07	
2024	10.736.657,04	275,66
2025	2.583.084,89	24,06
2026	3.177.296,00	123,00
2027	3.331.660,00	104,86
2028	3.609.484,50	108,34

Nota:

Inversões Financeiras

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	0,00	
2024	0,00	0,00
2025	0,00	0,00
2026	0,00	0,00
2027	0,00	0,00
2028	0,00	0,00

Nota:

Amortização da Dívida

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	518.277,04	
2024	388.010,09	74,87
2025	400.002,00	103,09
2026	912.001,00	228,00
2027	933.001,00	102,30
2028	844.861,35	90,55

Nota:

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	0,00	
2024	0,00	0,00
2025	734.385,01	0,00
2026	2.492.977,59	339,46
2027	2.617.626,13	105,00
2028	2.748.507,45	105,00

Nota:

JUSSARA - 23 de setembro de 2025



MUNICIPIO DE JUSSARA  
Estado do Paraná  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
2026  
Consolidado


AMF – Demonstrativo 4 (LRF, art.4o, § 2o, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
PATRIMÔNIO/CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO ACUMULADO	58.701.723,21	100,00	53.325.564,28	100,00	49.316.876,60	100,00
TOTAL	58.701.723,21	100,00	53.325.564,28	100,00	49.316.876,60	100,00

MUNICÍPIO DE JUSSARA Estado do Paraná						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS III - RESULTADO PRIMÁRIO Art 4º, § 2º, inciso II da LRF 2026						
Com o lado						
ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA 2023	2024	ORÇADA 2025	2026	PREVISÃO 2027	2028
RECEITAS CORRENTES (I)	64.314.173,13	71.812.969,45	57.845.544,58	76.405.423,43	82.333.118,48	84.798.497,28
Recita de Tributos	4.818.999,62	5.418.191,59	7.246.318,48	9.448.261,88	11.731.429,18	11.781.593,18
Recita de Contribuições	2.853.598,75	2.913.114,55	2.215.276,38	3.481.545,84	3.576.173,37	3.461.815,43
Recita Patrimonial	2.518.291,74	1.996.149,01	721.483,48	1.781.273,39	2.471.495,51	2.111.492,43
Aplicações Financeiras (III)	2.547.452,84	1.948.442,28	691.400,18	1.752.247,31	1.902.091,51	2.181.247,43
Outra Recita Patrimonial	1.133,18	25.487,45	3.119,18	33.091,83	24.944,18	33.518,18
Recita de Serviços	2.443.271,18	2.711.279,18	2.851.579,18	3.318.291,18	3.432.583,18	3.441.279,18
Transferências Correntes	51.407.273,67	55.222.402,53	43.871.481,18	57.535.818,18	61.725.254,18	65.561.278,18
Demais Recita Correntes	1.778.245,52	1.845.933,18	59.923,18	546.198,18	595.518,18	595.518,18
Outra Recita Financeira (III)	1.811,18	1.811,18	1.811,18	1.811,18	1.811,18	1.811,18
Recita Correntes Restantes	846.931,94	1.778.245,52	846.933,18	59.923,18	546.198,18	595.518,18
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (II) = (I) + (II)	12.837.285,17	61.819.327,17	57.174.871,58	74.712.249,18	81.848.119,37	84.715.522,13
Operações de Crédito (VII)	1.842.181,24	1.842.181,24	1.842.181,24	1.842.181,24	1.842.181,24	1.842.181,24
Amortização de empréstimos (VII)	1.842.181,24	1.842.181,24	1.842.181,24	1.842.181,24	1.842.181,24	1.842.181,24
Aluguel de Imóveis (VIII)	424.144,28	218.474,15	67.430,00	85.000,00	89.250,00	93.650,00
Transferências de Capital	6.418.038,22	3.803.780,90	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recitas de Capital	1.811,18	1.811,18	1.811,18	1.811,18	1.811,18	1.811,18
Rec. Fiscais de Capital (IX) = (IV) + (V) + (VI) + (VII)	6.418.231,22	3.813.781,91	1.811,18	1.811,18	1.811,18	1.811,18
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (X) = (I) + (II) + (IX)	68.655.304,39	77.663.308,07	57.174.871,58	74.702.091,06	80.040.091,27	84.715.622,83
DESPESAS CORRENTES (XII)	53.533.646,40	61.827.267,81	58.285.528,49	76.371.725,41	83.391.712,87	84.715.622,83
Pessoal e Encargos Sociais	31.928.827,15	31.981.318,18	32.511.518,18	41.185.118,18	46.712.811,85	49.231.113,87
Juros e Encargos da Dívida (XIII)	118.222,42	118.931,84	145.000,00	121.818,18	121.818,18	121,818,18
Outras Despesas Correntes	24.298.598,81	27.715.857,81	25.639.010,31	34.455.597,15	36.455.883,84	34.455.883,84
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XIV) = (XII) + (XIII)	53.521.428,83	61.811.247,17	58.146.528,18	76.248.725,41	83.241.712,87	84.715.622,83
DESPESAS DE CAPITAL (XV)	4.413.191,11	11.124.667,13	2.983.088,49	4.086.297,00	4.264.661,18	4.454.431,85
Investimentos	3.849.916,07	10.736.657,84	2.583.684,89	3.177.296,00	3.331.660,00	3.469.484,50
Invenientes	1.811,18	1.811,18	1.811,18	1.811,18	1.811,18	1.811,18
Amortização da Dívida (XVI)	118.222,42	118.931,84	145.000,00	121.818,18	121,818,18	121,818,18
DESPESAS FISCAIS CAPITAL (XVII) = (XV) + (XVI)	3.849.916,07	10.736.657,84	2.583.684,89	3.177.296,00	3.331.660,00	3.469.484,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)	1.811,18	1.811,18	1.811,18	1.811,18	1.811,18	1.811,18
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (XIX) = (XV) + (XVI) + (XVIII)	59.112.342,10	72.453.403,18	61.457.998,00	81.916.999,00	89.190.999,00	94.370.138,65
DESPESA TOTAL	59.766.841,56	72.951.934,94	62.003.000,00	82.954.000,00	90.274.000,00	95.335.000,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XX) = (X) - (XIX)	9.988.962,29	-5.989.923,74	-4.283.126,50	-7.214.907,94	-9.180.979,63	-9.654.515,82
RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (XX + II - XIII)	11.754.191,53	1.267.945,50	-3.737.633,50	-5.887.434,64	-7.307.988,12	-7.691.641,39

FONTE: Sistema Elétrico Gerenciado Público, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE JUSSARA, emitido em 23/10/2025 às 15h e 52m.



MUNICÍPIO DE JUSSARA  
Estado do Paraná

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS  
IV - RESULTADO NOMINAL  
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF

2026  
Consolidado

RS


ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2023	2024	2025	2026	2027	2028
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.459.049,05	1.087.311,44	1.730.772,27	1.782.695,44	1.836.176,30	1.891.261,59
DEDUÇÕES (II)	10.456.886,05	8.649.855,90	11.373.260,57	11.714.458,39	12.065.892,14	12.427.868,90
Ativo Disponível	11.482.367,66	12.547.812,85	14.830.737,48	15.275.659,60	15.733.929,39	16.205.947,27
Haveres Financeiros	32.153,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	1.057.635,01	3.897.956,95	3.457.476,91	3.561.201,22	3.668.037,25	3.778.078,37
Recita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA ( III + IV - V )	-8.997.837,00	-7.562.544,46	-9.642.488,30	-9.931.762,95	-10.229.715,84	-10.536.607,31
RESULTADO NOMINAL	( b - a*)	( c - b )	( d - c )	( d - e )	( f - e )	( g - f )
	-3.819.858,15	1.435.292,54	-2.079.943,84	-289.274,65	-297.952,89	-306.891,48

Notas

-

\* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de: 2022 - (R\$ 5.177.978,85)

JUSSARA 23 de setembro de 2025



MUNICÍPIO DE JUSSARA  
Estado do Paraná

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS  
V - Montante da Dívida Pública  
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF

2026  
Consolidado

R\$

ESPECIFICAÇÃO	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	832.957,93	1.459.049,05	1.087.311,44	1.730.772,27	1.782.695,44	1.836.176,30	1.891.261,59
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	832.957,93	1.459.049,05	1.087.311,44	1.730.772,27	1.782.695,44	1.836.176,30	1.891.261,59
DEDUÇÕES (II)	6.010.936,78	10.456.886,05	8.649.855,90	11.373.260,57	11.714.458,39	12.065.892,14	12.427.868,90
Ativo Disponível	7.402.810,28	11.482.367,66	12.547.812,85	14.830.737,48	15.275.659,60	15.733.929,39	16.205.947,27
Haveres Financeiros	32.153,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(c) Restos a Pagar Processados	1.424.026,90	1.057.635,01	3.897.956,95	3.457.476,91	3.561.201,22	3.668.037,25	3.778.078,37
DCL (III) = (I - II)	-5.177.978,85	-8.997.837,00	-7.562.544,46	-9.642.488,30	-9.931.762,95	-10.229.715,84	-10.536.607,31

JUSSARA 23 de setembro de 2025

Comentários

MUNICÍPIO DE JUSSARA Estado do Paraná						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO VI - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL Art 4º, § 2º, inciso II da LRF 2026						
Consolidado						
ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA 2023	2024	ORÇADA 2025	2026	PREVISÃO 2027	2028
RECEITAS CORRENTES (I)	56.714.251,35	61.789.656,54	57.845.544,58	76.405.423,43	82.033.000,88	86.798.497,28
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.730.785,62	5.334.486,93	7.246.836,00	9.448.261,88	10.373.425,00	10.787.590,00
Recita de Contribuições	2.649.404,96	2.910.355,94	2.246.276,50	3.436.366,06	3.656.173,37	3.868.809,83
Recita Patrimonial	2.858.787,16	1.994.548,98	721.483,48	1.781.273,39	2.471.495,51	2.111.492,43
Aplicações Financeiras (II)	2.547.452,84	1.948.662,28	690.490,18	1.752.247,31	1.902.091,51	2.181.247,43
Outras Recitas Patrimoniais	1.133,18	25.487,45	3.119,18	33.091,83	24.944,18	33.518,18
Recita de Serviços	2.443.478,29	2.711.060,94	2.850.579,18	3.308.291,18	3.432.583,18	3.441.279,18
Transferências Correntes	43.704.803,38	47.068.958,33	43.871.481,18	57.535.818,18	61.725.254,18	65.560.278,18
Demais Recitas Correntes	646.931,94	1.778.245,52	846.933,18	59.923,18	546.198,18	595.518,18
Outras Recitas Financeiras (III)	846.931,94	1.778.245,52	846.933,18	59.923,18	546.198,18	595.518,18
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (IV) = (I) + (II) + (III)	54.166.798,69	59.820.994,26	57.174.871,58	74.702.091,06	80.040.091,27	84.715.622,83
RECEITAS DE CAPITAL (V)	6.842.182,42	6.842.182,42	6.842.182,42	6.842.182,42	6.842.182,42	6.842.182,42
Operações de Crédito (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de empréstimos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aluguel de Imóveis (VIII)	424.144,28	218.474,15	67.430,00	85.000,00	89.250,00	93.650,00
Transferências de Capital	6.418.038,22	3.803.780,90	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recitas de Capital	1.811,18	1.811,18	1.811,18	1.811,18	1.811,18	1.811,18
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VI) = (V) + (VII) + (VIII)	6.418.038,22	3.803.780,90	6.842.182,42	6.842.182,42	6.842.182,42	6.842.182,42
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (X) = (IV) + (VI)	60.584.836,91	65.624.775,16	57.174.871,58	74.702.091,06	80.040.091,27	84.715.622,83
DESPESAS CORRENTES (XII)	53.533.646,40	61.827.267,81	58.285.528,49	76.371.725,41	83.391.712,87	84.715.622,83
Pessoal e Encargos Sociais	31.928.827,15	31.981.318,18	32.511.518,18	41.185.118,18	46.712.811,85	49.231.113,87
Juros e Encargos da Dívida (XIII)	136.222,42	118.931,84	145.000,00	121.818,18	121,818,18	121,818,18
Outras Despesas Correntes	24.298.598,81	27.715.857,81	25.639.010,31	34.455.597,15	36.455.883,84	34.455.883,84
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XIV) = (XII) + (XIII)	53.521.428,83	61.716.374,77	58.146.528,18	76.248.725,41	83.241.712,87	84.715.622,83
DESPESAS DE CAPITAL (XV)	4.413.191,11	11.124.667,13	2.983.088,49	4.086.297,00	4.264.661,18	4.454.431,85
Investimentos	3.849.916,07	10.736.657,84	2.583.684,89	3.177.296,00	3.331.660,00	3.469.484,50
Haveres Financeiros	32.153,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XVI)	518.277,04	388.010,09	400.000,00	912.000,00	933.000,00	944.861,35
DESPESAS FISCAIS CAPITAL (XVII) = (XV) + (XVI)	3.849.916,07	10.736.657,84	2.583.684,89	3.177.296,00	3.331.660,00	3.469.484,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)	1.811,18	1,811,18	1,811,18	1,811,18	1,811,18	1,811,18
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XIX) = (XIV) + (XV) + (XVI) + (XVIII)	59.112.342,10	72.453.403,18	61.457.998,00	81.916.999,00	89.190.999,00	94.370.138,65
RESULTADO PRIMÁRIO (XX) = (X) - (XIX)	9.988.962,29	-5.989.923,74	-4.283.126,50	-7.214.907,94	-9.180.979,63	-9.654.515,82
RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (XX + II - XIII)	3.883.725,05	-6.970.487,41	-3.737.633,50	-5.887.434,64	-7.307.988,12	-7.691.641,39
Dívida Consolidada	2023	2024	2025	2026	2027	2028
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.459.049,05	1.087.311,44	1.730.772,27	1.782.695,44	1.836.176,30	